



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

MARCELA FERREIRA LOPES

O ENSINO DE FILOSOFIA COMO EXPERIÊNCIA DO FILOSOFAR  
NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE NÍVEL MÉDIO DA CIDADE DE  
CAJAZEIRAS-PB

CAJAZEIRAS-PB  
2017

MARCELA FERREIRA LOPES

O ENSINO DE FILOSOFIA COMO EXPERIÊNCIA DO FILOSOFAR  
NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE NÍVEL MÉDIO DA CIDADE DE  
CAJAZEIRAS-PB

Monografia apresentada a Unidade Acadêmica de Educação (UAE), do Centro de Formação de Professores (CFP) ao curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) *Campus* de Cajazeiras-PB, como requisito de avaliação para obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

**Orientador:** Prof. Dr. Valter Ferreira Rodrigues

Cajazeiras-PB  
2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)  
Denize Santos Saraiva - Bibliotecária CRB/15-1096  
Cajazeiras – Paraíba

L864e	<p>Lopes, Marcela Ferreira. O ensino de filosofia como experiência do filosofar nas escolas públicas de nível médio da cidade de Cajazeiras-PB / Marcela Ferreira Lopes. - Cajazeiras, 2017. 67f. Bibliografia</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Valter Ferreira Rodrigues. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) UFCG/CFP, 2017.</p> <p>1. Filosofia - ensino e aprendizagem. 2. Filosofia - ensino médio. 3. Escolas públicas estaduais - Cajazeiras - Paraíba. 4. Filosofia - ensino médio. I. Rodrigues, Valter Ferreira. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.</p>
UFCG/CFP/BS	CDU - 1:373.5

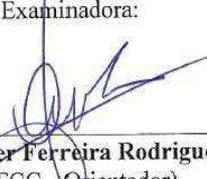
**MARCELA FERREIRA LOPES**

**O ENSINO DE FILOSOFIA COMO EXPERIÊNCIA DO  
FILOSOFAR NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE NÍVEL MÉDIO  
DA CIDADE DE CAJAZEIRAS-PB**

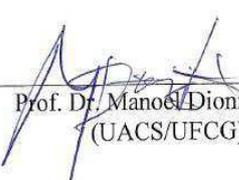
Monografia apresentada ao curso de  
Licenciatura Plena em Pedagogia, do Centro  
de Formação de Professores da Universidade  
Federal de Campina Grande – *Campus* de  
Cajazeiras - como requisito de avaliação para  
obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: 13/09/2017

Banca Examinadora:

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Valter Ferreira Rodrigues**  
(UACS/UFCG - Orientador)

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr.ª Rejane Maria de Araújo Lira**  
(UAE/UFCG)

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Manoel Dionizio Neto**  
(UACS/UFCG)

\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Hélio de Oliveira Azara**  
(UACS/UFCG-Suplente)

Dedico este trabalho aos docentes e discentes das escolas estaduais da cidade de Cajazeiras-PB; os verdadeiros protagonistas da história. A Francisco Leônidas de Araújo (*in memoriam*); uma lágrima de saudade. A Cayque Ferreira, Gabriel Rodrigues e Marianna Lopes, o amanhã de um país promissor.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Santíssima trindade fonte misteriosa do amor divino, pelo olhar misericordioso para essa filha.

A Nossa Senhora, rainha dos céus, estrela da manhã, por cada conquista alcançada. Por isso, “totus tuus ego sum mariae et omnia mea tua sunt”.

A incentivadora-mor, minha mãe Maria de Fátima, pelo amor “inconteste”, pela abnegação, pela presença, pelos ensinamentos.

Ao meu irmão Filipe, que sempre esteve ao meu lado: nas risadas, nas conversas, nas aflições.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ao Programa de Monitoria da Unidade Acadêmica de Educação e Unidade Acadêmica de Ciências Sociais concedendo-me auxílio financeiro necessário durante a minha trajetória acadêmica proporcionando a tranquilidade necessária para o prosseguimento adequado da pesquisa, bem como o aprendizado indispensável para minha formação enquanto Pedagoga e pesquisadora.

Agradeço imensamente a Fernando Júlio Perissé de Oliveira um dos primeiros “culpados”, que através de contínuos diálogos “Freirianos”, fez-me ingressar no curso de Pedagogia. Por meio das nossas conversas, aprendi que podemos sim, fazer uma sociedade mais democrática, transparente, liberta das amarras, da perversidade de seus opressores.

Minha gratidão plena ao Prof. Ms. José Romero Araújo Cardoso (UERN) por possibilitar em diversos momentos, minha significativa evolução intelectual. A você todo meu respeito e admiração!

O universo acadêmico é um mundo cheio de caminhos e vários desníveis. Aos que ousam a entrar se deparam muitas vezes com o lado ruim, mas também com o lado bom. Nesse mundo, tive a oportunidade de encontrar pessoas nas quais jamais vou esquecer.

Aos professores da UAE/CFP/UFCG: Prof. Dr. Dorgival Gonçalves Fernandes; Prof. Dr. Wiama de Jesus Freitas Lopes que desde as aulas ministradas na pós-graduação no CCJS/UFCG, vem contribuindo com inquietações imprescindíveis à formação do profissional Pedagogo; a Prof.<sup>a</sup> Ms. Valéria Borba que me fez ver a Matemática com outros olhos; a Prof.<sup>a</sup> Ms. Stella Márcia Santiago de Moraes pelas aulas e pelo conhecimento adquirido enquanto monitora da disciplina Política Educacional; a

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gerlaine Belchior do Amaral pela preocupação constante na ampliação do meu vocabulário e com o bem-estar espiritual durante os encontros do grupo de oração filhos da misericórdia; a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Zildene Francisca Pereira e Prof.<sup>a</sup> Ms. Edinaura Almeida de Araújo por terem colaborado massivamente para minha formação através de longos diálogos desnudando os “macetes” dos Estágios Supervisionados; agradeço imensamente a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rejane Maria de Araújo Lira docente da disciplina TCC pelas contribuições e pelo esforço descomunal para que eu pudesse concluir o curso de Pedagogia da melhor maneira possível; em especial, minha eterna gratidão a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elzanir dos Santos, por ser a primeira pessoa que estendeu a mão e disse: vem! Foi através dela que iniciei pelos caminhos dos grupos de pesquisa, de monitoria. Foi a partir de seus ensinamentos envolvidos de doçura e simplicidade que cresci como pessoa e também como profissional. Também toda minha gratidão é estendida a Pollynésia Pinheiro que com sua simpatia auxiliou-me nos trâmites burocráticos que a Universidade exigia.

Meu agradecimento é infinito e por isso não cabe em folhas de papel para o meu orientador Prof. Dr. Valter Ferreira Rodrigues. Ele foi o responsável por fazer acreditar (e comprovar!) que a Filosofia não é apenas um componente que está no currículo para preencher somente uma carga horária. Foi através das suas aulas que comecei a ver que a Filosofia é mais do que isso. Posteriormente, possibilitou-me e sempre auxiliou o meu caminhar junto ao universo Filosófico da pesquisa enquanto aluna-bolsista de Iniciação Científica, momento ímpar na minha vida acadêmica que durante as leituras dos importantes teóricos do ensino de Filosofia, influenciou consideravelmente a opção de também abarcar tal tema, no trabalho de conclusão do curso. Obrigada pelas orientações, pelos “puxões de orelha”, pelas contribuições também na monitoria e por plantar a “sementinha” que posso ir além. Aproveito e peço desculpas por qualquer coisa, não feita, não dita. Lembre-se: “quando eu crescer quero ser igual a você!”.

Não poderia deixar de agradecer ao Prof. Dr. Jorge da Cunha Dutra (IFC); Prof. Dr. Flávio de Carvalho (UFCG); Prof. Dr. Manoel Dionízio Neto (UFCG); Prof. Ms. Antunes F. Silva (ETSC/UFCG), profissionais que fizeram toda a diferença durante meu caminhar formativo enquanto “pibiquiana” que se fizeram presentes, através das leituras dos artigos, capítulos de livros, palestras e mesas-redondas que tive a grata satisfação de assistir.

Aos verdadeiros protagonistas: os docentes que ensinam Filosofia das escolas públicas da cidade de Cajazeiras-PB que participaram da pesquisa; aos discentes que

contribuíram respondendo os questionários que serviram de estudo para este trabalho; Minha profunda gratidão.

Com muito afeto agradeço a Adriana Ferreira, Franciclébia Ferreira, Guilherme Silva, Francisca Soares, Thaíze Ramos, Tamires Ramos, Taline Ramos, Mayrla Sarmiento pela paciência frente as minhas inquietações, minhas angústias e pelo convívio na “terra do Padre Rolim”. Agradeço a Amanayara Raquel com quem dividi minhas alegrias, conhecimento, e incertezas do universo formativo docente nas tardes de conversas que tínhamos no CFP/UFCG, bem como durante as reuniões do grupo de pesquisa GEPEFE.

A turma de Pedagogia 2012.1 em especial, a Cátia Larissi, Maria Magna que dividiram o aprendizado, os ensinamentos, os livros, os sorrisos a cada semana de aula no curso.

Um agradecimento especial faz necessário a Géssica Galdino: Obrigada pelo companheirismo, pelos momentos dos estágios, pelas “neuroses” que tínhamos nas avaliações, por tudo! Gratidão também estendida a Andreza Ribeiro, Lucas Sousa, Marconildo Soares, Juliene Maria, Jocyara Rejane, Josefa dos Santos, Geilza Simplício, enfim, por tudo que foi vivido nesses anos de vida (des)produtiva acadêmica; por cada discussão, por cada festa de final de período (a famosa tertúlia). Vocês estarão guardados em meu coração para sempre!

*Filosofar é como descobrir o segredo de um cofre: cada pequeno ajuste no mecanismo parece levar a nada. Apenas quando tudo entra no lugar a porta se abre.*

(WITTGENSTEIN APUD SANTOS, 2010, p.142-143).

## RESUMO

Este trabalho tem por objeto de estudo o ensino de Filosofia que é ofertado nas escolas públicas estaduais de nível médio na cidade de Cajazeiras-PB, com o principal objetivo de analisar aquilo que se denomina de potencial filosófico do ensino da Filosofia, oferecido em quatro escolas estaduais, isto é, averiguar a capacidade desse ensino de levar os sujeitos nele envolvidos de fazerem uma autêntica experiência do filosofar. Os objetivos específicos propostos foram os de caracterizar o potencial filosófico para o ensino de Filosofia; Identificar os desafios (limites) encontrados pelos sujeitos (professores e alunos) das escolas da rede estadual de ensino; e de verificar a existência de experiências de sucesso no processo de ensino-aprendizagem da Filosofia desde a perspectiva do filosofar para o aumento do potencial filosófico no ensino ofertado por essas escolas, tendo como aporte teórico: Alves (2002); Aspis (2004); Gallo (2012); Rodrigues (2014); Severino (2014); entre outros da área do ensino de Filosofia e os principais documentos oficiais do Ministério da Educação e Cultura (MEC) direcionado a esse componente curricular. O tipo da pesquisa constituiu-se de predominância qualitativa com pesquisa de campo para a aplicação de questionários destinados a quatro professores e a oitenta e nove alunos e observação das aulas de Filosofia. Os resultados apontaram que persistem desafios referentes ao ensino de Filosofia como a carga horária bastante limitada para a disciplina, a falta de leitura por parte dos alunos e a ausência ou precariedade dos recursos didáticos disponíveis. Mas, evidenciaram também, que há também experiências de sucesso. Estes foram registrados nos casos em que os professores, partindo do cotidiano e da vida dos alunos, utilizaram especialmente de temas inseridos na realidade dos discentes facilitando a mediação dos conteúdos propostos e fazendo de forma exitosa o processo de ensino e aprendizagem da Filosofia, momentos de experiência do filosofar.

**Palavras-Chave:** Ensino de Filosofia. Escolas Públicas. Potencial filosófico. Professor. Aluno.

## **ABSTRACT**

This work studies Teaching Philosophy that is offered in four public high schools in the city of Cajazeiras/PB and its philosophical potential. The specific aims were: to explain what the philosophical potential in Teaching of Philosophy means, to identify the challenges (limits) encountered by teachers and students for this kind of teaching and learning, to verify the existence of successful experiences in the teaching-learning process of Philosophy from the perspective of philosophizing, to increase the philosophical potential. It was a qualitative research by application forms and classroom observations and personal interviews with teachers and students. Some challenges still going on: non-sufficient time for Philosophy classes and lot of students with reading problems and the absence or precariousness of didactic resources. But there are also successful experiences. The successful experiences in Teaching Philosophy show how is important teachers try teach starting from the daily student's life and theirs personal reality.

**Keywords:** Teaching Philosophy. Public high schools. Philosophical potential. Teacher. Student.

## LISTA DE SIGLAS

<b>ANPOF</b>	Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia
<b>BNCC</b>	Base Nacional Comum Curricular
<b>DSND</b>	Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento
<b>EJA</b>	Educação de Jovens e Adultos
<b>ENEM</b>	Exame Nacional do Ensino Médio
<b>LDBEN</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
<b>MP</b>	Medida Provisória
<b>MEC-USAID</b>	Ministério da Educação - United States Agency for International Development
<b>SEAF</b>	Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>OCEM</b>	Orientações Curriculares para o Ensino Médio
<b>PNE</b>	Plano Nacional de Educação
<b>PCNEM</b>	Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
<b>PCN+</b>	Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio + Orientações Educacionais Complementares

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	14
1.1	PERCURSO METODOLÓGICO.....	17
2	O ENSINO DE FILOSOFIA NO BRASIL: SURGIMENTO E CONTEXTOS ATUAIS .....	21
2.1	DA COLONIZAÇÃO À REPÚBLICA .....	23
2.2	O ENSINO DE FILOSOFIA NO BRASIL REPÚBLICA ATÉ A LDBEN DE 1996.....	25
2.3	A HISTÓRIA RECENTE DO ENSINO DE FILOSOFIA A PARTIR DO ANO 2000 .....	29
2.4	O ENSINO DE FILOSOFIA NA PARAÍBA .....	33
3	O ENSINO DE FILOSOFIA NA PERSPECTIVA DA EXPERIÊNCIA DO FILOSOFAR .....	36
3.1	PRINCIPAIS DESAFIOS PARA O ENSINO DE FILOSOFIA .....	43
4	ANÁLISE DOS DADOS .....	46
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	55
	REFERÊNCIAS .....	59
	APÊNDICES.....	62

## 1 INTRODUÇÃO

Considerada disciplina obrigatória em todas as escolas de ensino médio no Brasil desde 2008 (Lei Nº 11.684), a Filosofia não é mais uma novidade para os jovens inseridos nesse nível de ensino. Fruto de um trabalho incessante dos que lutaram para o regresso da Filosofia no âmbito escolar, principalmente após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996 (Lei Federal Nº. 9.394), a Filosofia na escola, ainda enfrenta sérios desafios como: o tipo e a qualidade que é ofertado nas escolas públicas; o tempo e espaço necessários para o seu ensino; confecção e utilização de materiais didáticos adequados até questões mais recentes oriundas das atuais reformas no ensino médio que colocam em risco as conquistas já alcançadas.

Esta pesquisa se inspira e ao mesmo tempo se insere a uma série de trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no Brasil sobre o lugar e a importância da Filosofia na formação escolar. Em particular, o interesse em estudar a temática surgiu durante a participação como bolsista de uma pesquisa acerca do ensino de Filosofia ofertado em todas as escolas de ensino médio, na cidade de Cajazeiras-PB, realizada entre os meses de agosto de 2015 a julho de 2016, através do Programa Institucional de Bolsas à Iniciação Científica (PIBIC/CNPq- Centro de Formação de Professores/Universidade Federal de Campina Grande), juntamente com o aprofundamento de leituras dos principais teóricos que estudam a temática no Brasil e que nos suscitaram inquietações para compreender como ocorrem as aulas de Filosofia na rede pública de ensino.

O outro fator que favoreceu a escolha do tema foi a participação no Programa de Monitoria do Centro de Formação de Professores da UFCG na disciplina de Introdução à Filosofia. No decorrer das atividades enquanto monitora, foi possível experienciar uma maior aproximação com universo acadêmico. Durante o acompanhamento das aulas e nas orientações, foi possível perceber que alguns discentes advindos do ensino público e ingressos no ensino superior, apresentavam certa dificuldade na compreensão de determinados temas filosóficos principalmente os que envolviam a leitura de teóricos que não foram abordados no ensino médio.

As mudanças ocorridas no ensino de Filosofia acarretam transformações significativas para a esfera educacional. Constata-se que no Plano Nacional de Educação, (PNE) materializado na forma de Lei Nº 13.005/14, que entre outras diretrizes prioriza “IV - melhoria da qualidade da educação”, a Base Nacional Comum

Curricular<sup>1</sup> (BNCC) é uma consequência da Meta 7, que visa “[...] fomentar a qualidade da educação básica”. Para a Filosofia é proposto objetivos para que esse ensino esteja alicerçado em experiências que contribuam para o pensar e que consequentemente colaborem para formulação de opiniões que consigam “responder” questões voltadas para a condição humana. Sob esse aspecto do documento da BNCC, a filosofia é proposta para que tenha uma aproximação real do cotidiano dos jovens oferecendo uma espécie de introdução nos primeiros anos e vindo a aprofundar no último ano do ensino médio.

Com base nos principais teóricos que versam sobre o tema, a Filosofia na escola, de um modo geral “[...] não é um empreendimento tranquilo” (GALLO, 2012, p.27). Atualmente as principais razões da Filosofia não gozar de tranquilidade naquilo que se refere mais precisamente ao seu lugar no currículo escolar oficial, dizem respeito às recentes reformas impostas pelo atual governo brasileiro que promulgou em 26 de fevereiro do corrente ano, novas regras alterando a legislação que garantia a obrigatoriedade do ensino de Filosofia nas escolas do país. Na esfera normativa, principalmente o que preconiza a LDBEN (1996) gestadas no ministério e secretarias, este componente curricular é imposto para cumprimento de determinados interesses e ideais que, muitas vezes, não são condizentes com a realidade apresentada nas instituições escolares.

Sobre esse aspecto, a filosofia é apenas um “acessório” ficando somente em uma presença que não agrega nenhum significado, impedindo os estudantes de terem uma autêntica experiência do filosofar e tornarem-se verdadeiros praticantes da Filosofia. Muitas vezes, verifica-se um profundo descompasso entre a maneira como se preconiza o ensino de Filosofia e a realidade cotidiana da prática escolar. Por vezes o ensino de Filosofia, configura-se como um tipo “engessado” de ensino, ou seja, um tipo de ensino meramente conteudista, expositivo e explicador; submetido às mesmas regras, horários, modos de avaliação, recursos didáticos e finalidades de todas as demais disciplinas, não é incomum verificarmos que a prática docente usualmente contrasta com a compreensão de uma Filosofia como exercício do pensamento e da ação filosóficos.

Concordamos com Severino (2011, p.82) quando afirma que a Filosofia auxilia aos jovens a conhecer “[...] o sentido de sua existência concreta” viabilizando a

---

<sup>1</sup> O MEC esclarece através do site <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/faq#secao1-questao1> que a BNCC é “um conjunto de orientações que deverá nortear os currículos das escolas, redes públicas e privadas de ensino de todo o Brasil. A Base trará os conhecimentos essenciais, as competências e as aprendizagens pretendidas para as crianças e jovens em cada etapa da Educação Básica em todo país”.

compreensão de seu lugar no mundo. A Filosofia contribui para que os estudantes conheçam a realidade histórica que estão inseridos e que aprendam a questionar o mundo a sua volta. É por isso que se torna imprescindível no processo formativo, pois, sua principal tarefa é possibilitar a reflexão para entender o sentido verdadeiro das coisas.

Sob o ponto de vista pedagógico, Gadotti (2000, p.28) afirma que a Filosofia “[...] para crianças e jovens não estaria preocupada em formar discípulos para perpetuar uma certa corrente filosófica, uma certa visão de mundo, mas para ajudar a pensar e a transformar o mundo”. Observa-se a importância da Filosofia para os seres humanos quando constitui o processo em aprender a pensar e refletir de modo coerente às diversas questões existenciais que permeiam o cotidiano de cada um. Enquanto componente curricular no ensino médio oportuniza aos estudantes o desenvolvimento de um pensamento autônomo e crítico fundamentais para o pleno exercício da cidadania.

Ao elaborarmos uma compreensão sobre o ensino de Filosofia capaz de reunir, refletir e explicitar quais são as principais características desse ensino; ao verificarmos qual é o potencial filosófico do ensino de Filosofia oferecido nas escolas estaduais de nível médio e identificarmos quais são os desafios encontrados pelos professores e escolas para tornar o ensino e aprendizagem da Filosofia uma autêntica experiência do filosofar, estaremos buscando elementos que possam contribuir para a formação dos professores. Por essa razão, pode-se afirmar que seu ensino não é mais algo por ser conquistado, mas uma realidade que encontra-se presente no cotidiano escolar e que diariamente desafia professores e escolas para a construção de ações pedagógicas adequadas para a aprendizagem.

Um dos maiores desafios com que se depara a filosofia na escola diz respeito ao potencial filosófico das ações pedagógicas envolvendo os processos de ensino e aprendizagem dessa disciplina. Assim, os principais questionamentos que nortearam este trabalho foram: Como anda o ensino de Filosofia nas escolas públicas da cidade de Cajazeiras? É possível filosofar na sala? Existe *potencial filosófico* do ensino de Filosofia nas escolas públicas Estaduais? Quais os principais desafios encontrados pelos professores e alunos? Essas e outras questões estão no cerne deste estudo, que tem como objeto de pesquisa o ensino de Filosofia em todas as escolas estaduais na cidade de Cajazeiras-PB para estudantes do Ensino Médio e os limites e possibilidades desse

ensino tendo em vista proporcionar uma autêntica experiência do filosofar em sala de aula.

Partindo dessa premissa, a problemática levantada foi a seguinte: Qual o potencial filosófico presente no ensino de Filosofia que é ofertado nas escolas estaduais de nível médio na cidade de Cajazeiras-PB?

Para isso, o objetivo geral deste trabalho consistiu em analisar como se dá o potencial filosófico do ensino de Filosofia oferecido em quatro escolas estaduais de nível médio da cidade de Cajazeiras-PB. Os objetivos específicos pretendido neste trabalho foram os de caracterizar em que consiste o potencial filosófico para o ensino de Filosofia, a partir dos referenciais teóricos adotados; Identificar os desafios (limites) encontrados por professores e alunos das escolas da rede pública de ensino na cidade de Cajazeiras-PB com vistas ao estudo da Filosofia enquanto experiência do filosofar; e de verificar a existência de sucesso no processo de ensino-aprendizagem da Filosofia desde a perspectiva do filosofar para o aumento do potencial filosófico no ensino ofertado pelas escolas. Para tanto, o potencial filosófico proposto por Rodrigues (2014) constitui de uma determinada ação, que possibilita aos sujeitos envolvidos, a verdadeira experiência do filosofar.

A contribuição acadêmica e social deste trabalho se insere na possibilidade de ancorar discussões, apropriando-se de autores, referências, dialogando com conteúdos educacionais que contribui para uma melhor compreensão no campo da Filosofia mais especificamente o seu ensino.

## 1.1 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa se desenvolveu em dois momentos. No primeiro momento sob a orientação desenvolvemos um estudo bibliográfico acerca da temática do ensino de Filosofia, nesse momento nos aproximamos dos autores e obras que compõe nosso referencial teórico. No segundo momento, a pesquisa constituiu da coleta de dados nas escolas participantes.

Por visar uma apropriação de um determinado referencial teórico e uma interação direta com os sujeitos da pesquisa, optou-se por uma pesquisa de tipo predominantemente qualitativa. De fato procuramos compreender, interpretar e investigar como são as aulas de Filosofia ministradas nas escolas estaduais da cidade de Cajazeiras. Minayo, (1994, p. 22) esclarece que a pesquisa qualitativa:

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

O estudo também constituiu em uma pesquisa de campo destinada a realização da coleta de dados. De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p.186) a pesquisa de campo tem “[...] o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”.

Os sujeitos envolvidos neste trabalho caracterizam-se por profissionais que desempenham a função de docente, inseridos no universo educacional público- estadual, e que estão desempenhando suas atividades há mais de 5 (cinco) anos em sala de aula também constituiu como sujeitos os adolescentes regularmente matriculados no nível médio das 4 (quatro) instituições escolares na faixa etária compreendida de 16 (dezesesseis) a 21 (vinte e um) anos de idade. O ambiente determinado como o *lócus* da pesquisa foi as 4 (quatro) escolas públicas estaduais de nível médio da cidade de Cajazeiras, localizada no alto sertão paraibano. O critério estabelecido para assegurar o anonimato dos sujeitos da pesquisa foi mediante a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido pelo responsável legal (diretor) da escola.

Após o aprofundamento da temática nos referenciais teóricos, se deu a preparação de todo o instrumental para a coleta de dados, a saber: o roteiro das observações desenvolvidas em sala de aula e os questionários que foram aplicados aos sujeitos desta pesquisa (apêndice A, B e C). Para tanto, realizamos um momento destinado à identificação das instituições escolares estaduais que possuem o componente curricular “Filosofia”. Na sequência, identificamos o número de turmas do ensino médio e realizamos um primeiro contato com os gestores dessas escolas para a assinatura dos termos de liberação desta pesquisa. Finalmente, entramos em contato com os docentes que lecionam o componente curricular Filosofia bem como os discentes inseridos no ensino médio das escolas que integram a rede estadual de ensino da cidade de Cajazeiras-PB. Identificamos um total de 4 (quatro) profissionais e aproximadamente 89 (oitenta e nove) discentes matriculados no 1º, 2º e 3º ano, que se dispuseram a

participar da pesquisa no momento destinado a aplicação dos instrumentos de coleta de dados que subsidiaram as análises para esse estudo.

Os instrumentais utilizados para a coleta de dados foram: a observação feita durante as aulas de Filosofia nas escolas e o questionário aplicado aos professores e alunos. Os principais objetivos dos instrumentos de coleta de dados consistiram em identificar e elencar os problemas (desafios) encontrados pelos professores de Filosofia no exercício da sua prática docente; identificar os recursos didático-pedagógicos de que dispõem os professores para lecionar Filosofia; registrar as experiências de sucesso no *ensino filosófico da filosofia*, isto é, num ensino que consiste na prática do filosofar; identificar os elementos que mais contribuem para o aumento do potencial filosófico na sala de aula (recursos, posturas, atividades, e outros.).

Elaboramos um roteiro de observação contendo 7 (sete) pontos a serem analisados durante a aula de Filosofia. Com base em Faria et al. (2013, p.40) a observação direta refere-se ao “[...] acesso direto ao objeto a ser analisado”. Além do mais, a observação de acordo com Severino (2007, p. 125) constitui de “[...] uma etapa imprescindível em qualquer tipo ou modalidade de pesquisa”. No que se refere ao questionário, o mesmo consistia de 7 (sete) perguntas abertas para que os envolvidos na pesquisa pudessem “[...] elaborar as respostas, com suas próprias palavras, a partir de sua elaboração pessoal” (SEVERINO, 2007, p.126).

Ao término das aulas o questionário era entregue aos docentes para responderem as perguntas. Já o questionário para os discentes, o critério de seleção deu-se da seguinte forma: o(a) docente escolhia aleatoriamente entre 5 (cinco) a 7 (sete) aluno(a)s em cada sala. Uma vez escolhidos, estes dirigiam-se para um local apropriado fora da sala de aula para o preenchimento do questionário. Ao final, entregavam-nos o questionário e voltavam para a sala.

Posteriormente a quarta etapa consistiu na análise dos dados levantados, visando especialmente contribuir para o desenvolvimento do ensino de Filosofia na cidade de Cajazeiras. Contudo, espera-se que suscite outros estudos e quiçá promova ações que possam efetivamente colaborar com os professores de Filosofia do município a fim de que possam transformar a sala de aula em espaços de experiência e prática do filosofar.

Para fins de organização metodológica este trabalho está disposto em cinco capítulos, sendo o primeiro destes destinado a introdução que apresenta as motivações pessoais que levaram a estudar o ensino de Filosofia, sua relevância para o cotidiano

escolar, ancorada em autores importantes, à problemática, os objetivos gerais e específicos bem como o percurso metodológico que este trabalho teve.

No segundo capítulo, dividido em três subseções, expomos de forma sintética o contexto histórico do ensino de Filosofia no Brasil que se inicia com a colonização Portuguesa, passando por reformas educacionais importantes até a atual “reforma” do ensino médio posto em prática pelo governo que relega esse componente curricular obrigatório desde 2008 a um conjunto de “estudos e práticas” indefinido.

No terceiro capítulo procuramos tracejar o ensino de Filosofia mediante a perspectiva da experiência, a que ensinar esse componente não é apenas ater-se somente a uma cronologia histórica, mas também proporcionar aos estudantes experiências filosóficas.

O quarto capítulo está dividido em dois momentos: no primeiro está relatada a metodologia concernente à pesquisa de predominância qualitativa com pesquisa de campo para a coleta de dados na forma de questionários destinada aos docentes e discentes das escolas públicas estaduais de Cajazeiras-PB. No segundo momento, está a apresentação dos principais dados coletados durante a pesquisa de campo.

Por fim, o quinto capítulo deste trabalho destina-se às considerações finais e sugestões pedagógicas para o ensino de Filosofia na cidade de Cajazeiras-PB.

## 2 O ENSINO DE FILOSOFIA NO BRASIL: SURGIMENTO E CONTEXTOS ATUAIS

Para atender à temática que versa este trabalho, esta seção apresenta fatos importantes da história da educação brasileira e que dizem respeito ao ensino de Filosofia. Como sabemos esse teve seu início nos primeiros anos da Colonização Portuguesa, com a Companhia de Jesus e sua *Ratio Studiorum*<sup>2</sup> passando por transformações significativas até o momento atual da educação brasileira com a chamada “reforma” do ensino médio. Alves (2002) relata que a história do ensino de Filosofia no Brasil pode ser compreendida da seguinte maneira: presença garantida (do Período Colonial até a República); presença indefinida (da Proclamação da República até 1964); ausência definida (até 1980) e presença controlada (na redemocratização política).

Na década de 1960, quando vigorou a ditadura militar, Silveira (2009) destaca que a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND) procurava além das fronteiras territoriais, assegurar também as “fronteiras ideológicas” evitando a propagação de concepções comunistas no território. A educação nesse período recebeu influência norte-americana através de Leis e decretos do Ministério da Educação – United States Agency for International Development (MEC-USAID) com o objetivo de reorganizar o sistema educacional. O currículo ficou dividido entre uma educação geral destinada ao 1º grau e uma formação especial de caráter profissionalizante ao 2º grau. O principal objetivo era formar sujeitos aptos ao mundo do trabalho para atenderem as demandas do desenvolvimento econômico que necessitava cada vez mais de força de trabalho especializada.

Assim, a Filosofia foi considerada uma disciplina inútil por não estar em adequação às concepções postas do governo. Consequentemente foi substituída por disciplinas que enalteciam o ideário cívico, o culto aos símbolos patrióticos, a obediência, perdendo espaço gradualmente a crítica, o questionamento, a contestação. Pela primeira vez constata-se a completa ausência da Filosofia no contexto escolar que persistiu durante todo o governo militar.

---

<sup>2</sup> Para uma melhor compreensão recomendamos a leitura do livro *Atualidade da pedagogia jesuítica* de Luiz Fernando Klein. O mesmo faz uma importante discussão sobre a *Ratio Studiorum* desde sua origem pela Companhia de Jesus (Ordem dos Jesuítas) que tinha como fundador Inácio de Loyola, até sua atualidade no campo educacional.

Durante a redemocratização brasileira na década de 1980, surgem movimentos contestadores favorecendo o retorno da Filosofia nas escolas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 vai indicar que os estudantes possuam domínio de conhecimentos de Filosofia, cuja presença no currículo escolar não se vê garantida até 2008, quando de fato, ocorreu a presença obrigatória do ensino de Filosofia na forma de componente curricular no nível médio. Após a promulgação da Lei Nº. 11.684, a Filosofia começou a se tornar presente nas instituições escolares públicas e privadas em todo o país. Atualmente, a Filosofia atravessa um período de incertezas através de uma reformulação imposta pelo atual governo brasileiro que promulgou a Lei Nº. 13.415 em fevereiro de 2017, substituindo a Lei 11.864, colocando o ensino de Filosofia na BNCC fazendo perder, aos poucos, o caráter obrigatório para tornar-se presença indefinida em um estudo do conjunto de “estudos e práticas”.

De modo bastante particular na Paraíba, o ensino de Filosofia apresenta-se com ganhos principalmente após sua obrigatoriedade como, por exemplo, através da realização de concurso público para professor das escolas da rede estadual de ensino<sup>3</sup>, onde os estudantes tiveram um contato direto com esse componente curricular.

Subsidiaram a nossa discussão histórica autores como Alves (2002), Silveira (2009), Rodrigues (2014), bem como os documentos oficiais disponibilizados pelo MEC para nortear e compreender todo o processo histórico que envolve o ensino de Filosofia.

---

<sup>3</sup> Com a obrigatoriedade do componente curricular às instituições escolares, o número de pesquisas e publicações voltadas a essa temática, aumentou consideravelmente nos últimos anos. Para ilustrar esse desenvolvimento, apresentamos dois exemplos: o primeiro versa sobre ao número de trabalhos apresentados por pesquisadores de todo país que têm se dedicado ao tema do ensino e da aprendizagem da Filosofia. Em 2016, o XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF), um dos maiores do mundo no gênero, no Grupo de Trabalho (GT) “Filosofar e Ensinar a Filosofar” contou com 42 trabalhos aprovados e três inéditas conferências sobre a temática. Segundo dados da própria ANPOF, esses números quando comparados ao encontro anterior de 2014 (25 trabalhos aprovados) indicam um aumento de quase 70% na quantidade de trabalhos apresentados em dois anos. Esses dados também se faz notar fora do país, como demonstra a maior participação de pesquisadores brasileiros falando sobre o ensino da Filosofia em eventos internacionais. O segundo é o início de um inédito Mestrado Profissional em Filosofia em 2017. Trata-se de um mestrado (único no seu gênero) dedicado exclusivamente para professores de filosofia da educação básica, preferencialmente os da rede pública de ensino e que contou em sua primeira seleção com 184 professores aprovados em todo país, espalhados por 15 núcleos participantes. Portanto, uma maior familiaridade com o pensamento filosófico por parte dos estudantes, o aumento no número de publicações e a criação de uma pós-graduação voltada *strictu sensu* para o ensino e aprendizado da Filosofia são resultados claros dos avanços produzidos no Brasil nessa área e agora correm um sério risco de não irem adiante.

## 2.1 DA COLONIZAÇÃO À REPÚBLICA

Historicamente, o ensino de Filosofia no Brasil, surge com a colonização. Com o principal objetivo em reproduzir o modelo educacional lusitano, a Companhia de Jesus exerceu forte influência pedagógica em todo o território recém-descoberto. Os jesuítas após aportarem na *Terra Brasilis* tinham como principal objetivo a evangelização, e ao mesmo tempo, a educação consistia de uma espécie de catequese religiosa. Também é interessante atentar-nos ao fato de que os jesuítas controlaram o ensino brasileiro por um tempo considerável. É o que nos mostra Ghiraldelli Jr. (2006, p. 25) ao relatar que:

[...] Aos jesuítas coube, praticamente, o monopólio do ensino escolar no Brasil durante um tempo razoável. Algo em torno de duzentos anos. Durante esse tempo, eles fundaram vários colégios com vistas à formação de religiosos. Ainda que os filhos da elite da colônia não quisessem, todos eles, se tornar padres, tinham que submeter a tal ensino.

Durante o predomínio dos ideais educacionais da Companhia de Jesus, através do plano de estudos conhecido como *Ratio Studiorum* com forte influência no *modus parisiensis*, as aulas de Filosofia faziam parte do ensino superior (*studia superiora*) correspondente ao curso de Artes. A Filosofia estudada na colônia tinha como prioridade a “concepção de mundo” dos jesuítas que priorizava os ensinamentos de Tomás de Aquino e de Aristóteles. Alves (2002, p.10) esclarece que:

[...] Apesar de Aristóteles ser o principal autor estudado dentre os clássicos da antiguidade [...] isto era feito com o maior “cuidado” para que os alunos tomassem contato apenas com aquelas ideias do estagirita que não comprometessem o dogma católico. Recomendava-se um rigoroso controle sobre os professores e sobre as leituras feitas pelos alunos, para não os expor a nenhuma influência externa, a “ideias novas” ou contrárias à doutrina da igreja.

No período colonial o ensino de Filosofia possuía forte tradição escolástica e favorecia totalmente o dogmatismo bem como a reafirmação da autoridade da Igreja. Toda e qualquer concepção contrária às ideias da Igreja Católica e que também colocassem em risco o trabalho evangelizador e educacional dos jesuítas era prontamente negada e excluída do universo educacional daquela época.

No século XVIII após a expulsão dos jesuítas do Brasil, por Marquês de Pombal iniciam-se diversas transformações principalmente no campo educacional; a primeira

com bastante impacto foi a da Universidade de Coimbra. Mais uma vez, Alves (2002, p.13-14) ressalta que:

Foram criadas, [...], mais duas “faculdades maiores”, a matemática e a de filosofia. [...] A Filosofia é compreendida [...] como “ciência natural”, numa perspectiva pragmática e utilitária, de acordo com a “concepção de mundo burguesa”, que tem como sua maior preocupação o domínio do mundo material.

Observa-se que nesse período a Filosofia se preocupava em dominar a natureza sobre o viés científico que se pautava na observação bem como a experimentação para produzir conhecimento. Através de novos estatutos impostos, a faculdade de Filosofia perfazia um total de quatro anos letivos. Nota-se que o ensino escolar marcado pelo predomínio unânime do plano de estudos da Companhia de Jesus (*Ratio Studiorum*) é substituído por um ensino amplo e aberto pautado por um modelo principalmente francês.

O predomínio das aulas régias nesse período consistia de “aulas avulsas” que, como o próprio nome já diz, o ensino acontecia de modo isolado. De forma prática, pouco se mudou na educação e o sistema de aulas-régias contribuiu ainda mais para beneficiar somente os filhos da elite brasileira. Alves (2002, p.15) faz uma importante crítica, a reforma pombalina que contribuiu para um “[...] desmonte do que havia de estrutura pedagógica montada pelos jesuítas: escolas, professores, materiais didáticos, livros etc., sem colocar no lugar algo equivalente, no nível estrutural”. A saída encontrada diante da exclusão da proposta educacional jesuítica foi a reativação do Seminário de Olinda com a intenção de formar um tipo filósofo capaz de perceber e estudar as potencialidades dos recursos naturais do reino para a exploração econômica. Na época, o ensino de Filosofia era pautado em conhecimentos voltados para a agricultura bem como a mineração que tinha duração apenas de dois anos.

No período Imperial após a transferência da sede do governo de Portugal para o Rio de Janeiro em 1808, ocorrem diversas mudanças principalmente no que se refere a infraestrutura administrativa. A Imprensa Régia, a Escola de Comércio, Academia de Guerra, surge nesse contexto, pois era necessário que tivesse “[...] um ambiente realmente parecido com o que teria de ser a corte” (GHIRALDELLI JR. 2006, p. 28). No Império destaca-se a estruturação do ensino superior que entre outras medidas propõem um deslocamento de disciplinas como Matemática, Física e Biologia que antes

eram ministradas no curso de Filosofia para os cursos médicos e posteriormente para a escola politécnica. No entanto, Alves (2002, p. 24) apresenta que “[...] a filosofia esteve presente na educação escolar, mas em caráter propedêutico ao ensino superior, sobretudo para os cursos de teologia e os cursos de direito”, ou seja, a presença da Filosofia deu-se de forma bastante clara e representativa mesmo estando atrelada a estudos introdutórios. No período histórico subsequente, a Filosofia que até então possuía materialidade na esfera educacional, recebe forte influência positivista, que após o rompimento com a igreja, a escola e seu ensino respectivamente, tornam-se a principal responsável por disseminar ideologias do Estado.

## 2.2 O ENSINO DE FILOSOFIA NO BRASIL REPÚBLICA ATÉ A LDBEN DE 1996

Um novo regime é instituído no Brasil: a República<sup>4</sup>. Destacam-se as inúmeras reformas no campo educacional a luz do ideário positivista. Era preciso investir em um novo modelo educacional cujo principal objetivo era formar uma nova elite para a nova concepção de Estado. Esse período histórico da educação nacional é envolto de crises e várias reformas educacionais. No que se refere ao ensino de Filosofia, sua presença era indefinida. Com a reforma Benjamin Constant em 1890, ocorreu uma redistribuição das disciplinas nas séries e desde a colonização, pela primeira vez na história educacional brasileira a Filosofia se ausenta do currículo vigente.

Para a educação e principalmente para a formação dos jovens houve uma perda considerável com a retirada da filosofia, pois a reforma valorizava “um currículo mais científico e prático em detrimento de um currículo humanístico, literário e enciclopédico” (ALVES, 2002, p. 29). Porém essa reforma não teve êxito pela falta de interesse por parte do alunado e por ter um predomínio científico que contrariava a visão preparatória que tinha o ensino secundário.

Em 1901 a Filosofia retorna ao currículo escolar através da reforma Epitácio Pessoa, caracterizada como uma nova fase para o ensino brasileiro diferentemente do que foi a reforma anterior. Essa reforma enaltecia a parte literária bem como a inclusão de lógica no ensino secundário. Já a reforma Rivadávia Corrêa (1910-1914) o ensino de Filosofia foi retirado novamente do contexto escolar. Fruto de medidas que ocasionaram ao

---

<sup>4</sup> Conhecida como Primeira República ou República Velha. Período compreendido de 1889 a 1930.

ensino brasileiro uma completa desvalorização, tal reforma foi revogada e em 1915 Carlos Maximiliano preocupado na melhoria da qualidade do ensino da época volta a contemplar o ensino de Filosofia “num curso facultativo, que deveria ser cursado para além das disciplinas obrigatórias” (ALVES, 2002, p. 29). Em 1925 na reforma Rocha Vaz, a Filosofia novamente torna-se matéria obrigatória no 5º e no 6º anos.

Na década de 1930 com o surgimento de intelectuais imbuídos de novas concepções educacionais, o ensino de Filosofia destaca-se pela sua obrigatoriedade somente para o curso de Direito. Com a reforma Gustavo Capanema, a Filosofia ressurge como disciplina obrigatória e sua carga horária era de quatro aulas semanais. Contudo, uma grande demanda de portarias objetivou o enfraquecimento quantitativo de horas-aulas restringindo a Filosofia a ser ensinada no último ano. Rodrigues (2014, p.86) apresenta que a partir de 1961, ano que foi instituída a primeira LDBEN (Lei Nº. 4024) “[...] o destino do ensino de Filosofia foi alvo de intensas discussões e debates”. Vale ressaltar que não só o ensino de Filosofia, mas a educação sempre esteve subserviente a diferentes estratégias de Governo que sempre priorizavam interesses particulares econômicos mais do que outros considerados essenciais como, por exemplo, a educação.

No período em que prevaleceu a ditadura militar (1964-1985), observa-se a completa restrição ao campo da Filosofia e o seu ensino, passando a ser suprimida pela Lei Nº. 5.692/71. Silveira (2009, p.57) esclarece que entre outras medidas:

[...] introduziu compulsoriamente no currículo disciplinas de cunho claramente doutrinário, como educação Moral e Cívica e organização social e política do Brasil. Assim independentemente de ter ou não a Filosofia uma natureza crítica e subversiva, sua eliminação era necessária para criar espaço no currículo para disciplinas mais habilitadas para realizar essa contraofensiva á suposta estratégia comunista.

Na realidade a referida Lei auxiliou para o completo desgaste qualitativo da escola pública. Diante desse quadro, intensos movimentos e protestos reagiram a favor de um possível “retorno” da Filosofia. Com a ausência da Filosofia no currículo das instituições escolares da época, a lei introduziu o ensino profissionalizante com forte tendência tecnicista, inserida com o auxílio de técnicos norte-americanos. A principal missão do sistema de ensino na visão de Silveira (2009, p.66) consistia basicamente em:

[...] formar indivíduos competentes e ajustados, capazes de se integrar ao processo de desenvolvimento econômico de forma pacífica, sem jamais perturbar seu andamento. Observa-se, assim [...] os motivos da inclusão de disciplinas [...] e da exclusão daquelas com potencial mais reflexivo e crítico, como as da área humanística, incluindo a Filosofia.

Vale ressaltar que a retirada da Filosofia do currículo, deu-se de forma ampla englobando também as Universidades ocasionando perseguição direta e indireta aos professores que ensinavam à disciplina ou todo aquele que apresentasse postura subversiva em sala de aula: nesse período era proibida qualquer atitude contestadora ou emitir opinião contrária ao governo. Prevaleceu um modelo doutrinador onde ajustaria os educandos a uma ideologia conservadora sobressaindo à preferência, forçadamente, por disciplinas da área técnica do que disciplinas da área de humanidades.

Com a redemocratização ocorrida na década de 1980, retomam-se importantes debates referentes ao currículo escolar brasileiro. Surgem nesse processo de abertura política do país, movimentos fundamentais a favor do retorno da Filosofia. Foram criados dentre eles a Associação Nacional da Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF) sendo a principal representante da área de Filosofia em parceria com órgãos Federais promovendo significativamente a tríade que envolve o ensino, pesquisa e extensão. Por isso a Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas (SEAF) responsável pela reintrodução da Filosofia no 2º grau (atual ensino médio), perdeu gradualmente a importância e conseqüentemente houve um “[...] esvaziamento [...] em nível nacional, enfraquecendo politicamente o movimento, que deixou de contar com importantes contribuições”(ALVES, 2002, p. 51), diante cada vez mais da escassez de contribuições que pairou nos membros que faziam parte da SEAF acarretou que a Filosofia era oferecida como componente curricular facultativo.

Na concepção de Monteiro, (1979, p.71) a necessidade da Filosofia como disciplina obrigatória no ensino médio, surge como uma ótima oportunidade para os estudantes:

[...] receberem uma ampla formação filosófica capaz de lhe abrir o espírito em muitas direções- a compreensão de si mesmos, a reflexão sobre as relações inter-humanas, a meditação sobre a função moral do mundo, e certamente também o aprofundamento dos problemas da sociedade em que vivem.

Com a promulgação da Lei da LDBEN (1996) o ensino médio é conceituado como a etapa final da educação básica, onde ocorre a consolidação, bem como o aprofundamento dos estudos outrora adquiridos no ensino fundamental. No mesmo

documento, a função desse nível de ensino apresenta-se de modo bastante claro: possibilita a preparação básica para o trabalho, a ênfase à cidadania e também o aperfeiçoamento da pessoa humana, envolvendo formação ética para que o aluno possa ter uma autonomia do intelecto e do pensamento crítico. Além destas funções citadas, o ensino médio possibilita ao discente o prosseguimento dos estudos para o ingresso no ensino superior.

De certa forma, o ensino médio torna-se refém do vestibular. O jovem, na necessidade de uma melhor qualificação, ter um diploma a nível superior significa melhores chances para inserir-se em um mercado de trabalho que se apresenta competitivo e bastante seletivo. Por isso, ressalta-se a importância de ter uma escola aberta e que leve em consideração as mudanças ocorridas no universo juvenil para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem dos adolescentes.

No que se refere ao currículo do ensino médio, a LDBEN (1996) destaca uma educação tecnológica básica bem como o acesso ao conhecimento que por sua vez auxiliará ao exercício da cidadania. Esta perspectiva de educação tecnológica contrapõe-se ao modelo tradicional onde o aluno constituía-se de um sujeito passivo, um receptor de conteúdos. Nessa perspectiva o aluno que adquiriu conhecimentos no ensino fundamental, poderá no ensino médio aprofundar os conhecimentos e posteriormente será capaz de ter um posicionamento frente às transformações impostas pela realidade.

É urgente e necessária uma nova estruturação do ensino médio. Porém, da forma como está sendo conduzida, oferece grandes prejuízos aos jovens e beneficia diretamente o governo com a ênfase no ensino técnico que tem o principal objetivo de formar sujeitos para a inserção mais cedo ao mercado de trabalho. A referida reforma, possui lacunas atingido diretamente o ensino e conseqüentemente a formação cidadã dos estudantes. Um dos grandes equívocos consiste em sancionar uma Lei afirmando que o currículo do nível de ensino ficará ao encargo de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que ainda encontra-se em fase de discussão; da mesma forma constata-se a “suposta retirada” de componentes obrigatórios curriculares a exemplo de Filosofia e Sociologia, fundamentais no processo de formação, reduzindo-os a um conjunto, indefinido, de estudos e práticas.

De modo pontual, a Filosofia é apenas “citada” em todo seu arcabouço, na forma em que ao final do ensino médio o educando “apenas” demonstre “[...] III- domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania”

(CARNEIRO, 1998, p.108). Esse domínio de conhecimentos dá em um primeiro momento certo prestígio para a Filosofia concedendo uma centralidade. Contudo, a noção de centralidade é enganadora, pois não agrega uma proposta real que favoreça a Filosofia enquanto disciplina acrescentando significado aos estudantes inseridos no ensino médio. Sua existência no ambiente educacional brasileiro era apenas idealizada agregando vários prejuízos mais do que ganhos absolutos. O ensino de Filosofia era totalmente nulo, afastado consideravelmente as mudanças que ocorriam na sociedade brasileira.

### 2.3 O ENSINO DE FILOSOFIA A PARTIR DO ANO 2000

No universo educacional os textos elaborados e escritos pelo MEC são considerados como referências basilares para o ensino fundamental e o ensino médio em todo o território nacional. Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) de 2000 são divididos em quatro partes, a saber: Bases Legais (parte I); Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (parte II); Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias (parte III) e Ciências Humanas e suas tecnologias (parte IV) respectivamente, constitui em um documento diretivo que tem como função auxiliar a prática docente em sala de aula servindo de apoio durante o planejamento das aulas e também orientação ao currículo escolar. Seu objetivo primordial é garantir o direito aos discentes e adolescentes em usufruir o conjunto de conhecimentos necessários ao exercício da cidadania. Rodrigues (2014, p.98) pontua que:

[...] Nos documentos oficiais, o conceito de cidadania é central no ensino de filosofia. Trata-se de uma cidadania baseada em valores como: respeito ao bem comum e a uma consciência social democrática, solidária e tolerante. Essa cidadania possui três aspectos: estético, ético e político.

Fica bastante evidente que o documento enaltece a cidadania, porém, não apresenta e não aponta diretamente que Filosofia deve ser ensinada no ensino médio. Por mais que seja escolhida “a Filosofia” ou “as Filosofias” é necessário que qualquer uma delas, contemple os propósitos e requisitos da cidadania.

A partir da leitura do PCNEM (2000), o documento trata-a como componente curricular antes mesmo de sua obrigatoriedade e apresenta dúvidas possibilidades de

ensino para os professores: ensinar a história da Filosofia ou ensinar temas filosóficos aos alunos? É urgente e necessário clareza dos limites e as possibilidades existentes na respectiva disciplina para a educação dos estudantes. Só assim o aluno conseguirá estudar os conteúdos, refletir e posteriormente formular novas ideias, contribuindo para um melhor desenvolvimento enquanto sujeito, originando certa autonomia no modo de pensar.

Com relação às Orientações Educacionais Complementares contidas nos PCN+ de 2002 elaborada dois anos após os PCNEM, observa-se que o documento complementa e ao mesmo tempo, amplia a proposta localizada nos PCNEM. São orientações criadas com o principal objetivo de contribuir expressivamente na implantação das reformas educacionais, determinadas pela LDBEN (1996) e pelas Diretrizes do Conselho Nacional de Educação, agindo como uma espécie de facilitador das áreas do conhecimento frente à organização no trabalho das escolas. Apesar do PCN+ (2002) conter características que aproximam e muito aos PCNEM (2000), o documento oferece proposta metodológica que versa em construir o currículo pautado em eixos temáticos “sem alterar a concepção contida nos parâmetros curriculares que identifica o filosofar como uma atividade reflexiva [...]” (RODRIGUES, 2014, p.107).

As Orientações Curriculares para o ensino médio (OCEM) do ano de 2006 é formada por três volumes. A Filosofia é tratada no terceiro volume dedicado às Ciências Humanas e suas Tecnologias. Essas orientações enfocam e ao mesmo tempo ampliam a proposta contida nos PCNEN (2000) e nos PCN+, (2002) apresentando conteúdos programáticos para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem da Filosofia no nível médio que ampara também as questões formuladas para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). O conceito de Filosofia tratado nesse documento de acordo com Rodrigues (2014, p. 108) é “[...] perpassado por muitos sentidos e saber que o que ela (a filosofia) é, constitui, de antemão, um problema filosófico original”. Por isso, entende-se que o pensamento filosófico é carregado de uma pluralidade que é impossível reduzir ou a uma Filosofia específica.

Na conjuntura brasileira atual, é perceptível um contexto de crise econômica e principalmente política, refletindo diretamente na educação e conseqüentemente no ensino e na aprendizagem. Essa conjuntura foi potencializada após Michel Temer assumir as rédeas do governo. Segundo pretensamente afirmaram os autores da mudança a Medida Provisória Nº 746/16, refere-se a uma tentativa de reestruturação no ensino médio. As análises da MP deu-se de forma criteriosa e democrática ocorrendo 9

(nove) audiências públicas e que foram convidados 53 (cinquenta e três) profissionais e estudantes das mais variadas áreas. Com o “novo ensino médio” o relatório<sup>5</sup> enfatiza que: “[...] a mudança [...] precisa começar o mais rápido possível, pois é a partir dela que esboçaremos novos padrões para a plena realização dos potenciais de nossa juventude, fenômeno essencial para o desenvolvimento sustentável do País”.

A medida provisória apresenta alguns aspectos norteadores para a proposta: a valorização do protagonismo juvenil e a flexibilização curricular que será oportunizada com a BNCC compartilhada de modo igualitário a todos os alunos e, além disso, a estruturação ofertará itinerários formativos que se adequem aos vários interesses e expectativas dos adolescentes matriculados no ensino médio. Ressalta-se que todos os procedimentos adotados nessa análise estiveram longe do pleno exercício da democracia e da consulta popular contrariando o que foi afirmado os autores da medida provisória posteriormente transformada em lei.

A supracitada medida provisória foi transformada em Lei Nº. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, sancionada pelo então presidente da república com alterações principalmente na LDBEN (1996) estabelecendo a ampliação, de forma progressiva, da carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas para 1.400 (mil e quatrocentas) horas tendo 5 (cinco) anos para adaptação e que conseqüentemente facilitará a implantação das escolas de ensino médio em tempo integral onde os alunos permanecerão por mais tempo nas instituições, porém, o fato da implementação do tempo integral destinado ao ensino médio, não significa necessariamente aumento da qualidade de atendimento a este nível de ensino na educação básica.

Para o ensino médio as principais mudanças advêm acrescidas do art. 35-A mais especificamente do § 2º que diz: “[...] A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia”. Do § 3º que enfatiza: “[...] O ensino da Língua Portuguesa e da Matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio, [...]”. Observa-se um profundo descompasso, pois, os componentes curriculares de Sociologia e Filosofia que até então eram disciplinas obrigatórias na grade curricular do ensino médio, ficarão no rol somente de estudos e práticas, perdendo espaço outrora conseguido com muita luta e

---

<sup>5</sup> Relatório legislativo 20170207. Gabinete do senador Pedro Chaves (PSC-MS). Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/338826058/DOC-Relatorio-Legislativo-20170207> acesso em: 14 de Fevereiro de 2017.

discussões pertinentes sobre a importância dessas disciplinas na formação da cidadania dos jovens ingressos nesse nível de ensino.

Outro equívoco é o enaltecimento do ensino da Língua Portuguesa e de Matemática respectivamente. Essa mudança pode ser compreendida que somente essas disciplinas são essenciais para a formação dos estudantes, marginalizando as demais, rebaixando-as cada vez mais. Lamentavelmente disciplinas como Geografia e História nem sequer são citadas na Lei, dando a entender que também perderão a obrigatoriedade nos currículos escolares. Essas disciplinas integram os currículos da educação brasileira desde o século XIX e que são de fundamental importância para a formação cidadã. Vale ressaltar da mesma forma que Filosofia foi excluída do ambiente educacional durante o período ditatorial brasileiro, Geografia e História foram unificadas e nomeadas de Estudos Sociais.

Outra transformação observada é que o currículo do ensino médio será composto pela BNCC possuindo itinerários formativos: I-Linguagens e suas Tecnologias; II-Matemática e suas Tecnologias; III-Ciências da natureza e suas Tecnologias; IV-Ciências humanas e sociais aplicadas; V-Formação técnica e profissional que serão organizados de acordo com a realidade, contexto social e a oferta dos sistemas de ensino.

Uma mudança significativa versa sobre a formação de profissionais para o exercício da docência. Além das prerrogativas impostas na LDBEM (1996) com a exigência de curso superior para o profissional atuar na educação básica, o Art. 61 passa a vigorar com alteração que considera:

“[...] IV- profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada [...]”.

O termo “notório saber” destinados aos profissionais acrescido na Lei contribui consideravelmente para a desvalorização da carreira docente rebaixando-a cada vez mais para o grupo de profissões com menor prestígio social, fato este que não acontece com profissionais da área da saúde e também da área jurídica. Por isso, como profissionais de “notório saber” saberão mediar o conhecimento sem ter uma formação sólida a nível superior? De que maneira esses profissionais poderão formar jovens para o exercício pleno da cidadania?

Fica bastante evidente que a real intenção do governo é retirar dos estudantes a possibilidade de refletir, de questionar verificado nestes componentes curriculares. Este episódio é bastante semelhante ao que aconteceu na época ditatorial brasileira quando o ensino de Filosofia foi extinto das instituições escolares públicas. Uma mudança positiva viável seria uma carga horária de aulas igualitária para todos os componentes curriculares que compõem o currículo escolar. Além do mais, uma educação que possui várias áreas de conhecimento, mas, que não existem inter-relações entre os componentes curriculares constitui como uma articulação de saberes deficitária e insuficiente caracterizada como um mero somatório, não agregando nenhum significado e/ou aprendizagem aos estudantes. Por isso, um verdadeiro diálogo entre as disciplinas (interdisciplinaridade) faz-se necessária para a compreensão dos fenômenos existentes nos diversos âmbitos sociais, culturais e políticos que circundam os sujeitos. Da mesma forma é pertinente a valorização do profissional que possui papel de formar cidadãos capazes de pensar de forma autônoma.

#### 2.4 O ENSINO DE FILOSOFIA NA PARAÍBA

A obrigatoriedade do ensino de Filosofia e de Sociologia em todos os estabelecimentos escolares, no Estado da Paraíba remonta a uma Lei Estadual de N°. 7.302/02 aprovada no ano de 2003, que determinava a inclusão da Filosofia como componente curricular nas escolas públicas do Estado. No entanto, essa Lei não foi posta em prática causando assim, certa resistência por parte das escolas estaduais, por não ter um respaldo normativo que as obrigassem a inserir essa disciplina. Rodrigues (2014, p. 22) descreve que nas instituições escolares da rede estadual Paraibana:

[...] até 2008, as aulas de filosofia eram ofertadas de modo opcional, mesmo após o Governo do Estado ter decretado a obrigatoriedade do ensino de filosofia em 2002, por intermédio de uma lei estadual [...]. No entanto, foi somente após a lei federal da obrigatoriedade que ações concretas visando o ensino de filosofia e sociologia foram realizadas, na prática, como a publicação de um edital para a contratação de professores.

Após 14 anos de indeterminação, desde a promulgação da LDBEN (1996), a Filosofia, enfim, tornou-se obrigatória, em 2008, como componente curricular nos três anos do ensino médio, a partir da Lei N°. 11.684, que alterava o Art.36 com a inclusão

de um Inciso IV que dizia: “[...] serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio”. Essa Lei não foi importante apenas por garantir a obrigatoriedade da Filosofia no ensino médio, mas também porque possibilitou que a população tivesse “[...] acesso aos conhecimentos dessa área do saber humano, da qual sempre foi banida” (RONDON, 2011, p.27) e muitas vezes considerada como um saber destinado a uma pequena parcela da sociedade.

Com a obrigatoriedade destas disciplinas ocorreu também um aumento considerável no número de estudantes de Filosofia e de estudos voltados para o ensino de Filosofia. Somente após a promulgação da lei da obrigatoriedade, mais precisamente em 2009, foi que o Governo Estadual realizou na Paraíba concurso público para a contratação de professores de Filosofia, disponibilizando 252 vagas para atender a todas as localidades do Estado onde existem escolas de ensino médio.

Em Cajazeiras, localidade em que esta pesquisa foi desenvolvida possui uma população de quase 62 mil habitantes<sup>6</sup>, sendo a cidade de Cajazeiras é comumente conhecida como “a cidade que ensinou a Paraíba a ler” devido o ensino de excelência através de instituições escolares já consolidadas durante anos. De um modo geral, existem na cidade pesquisada, 10 instituições de ensino que possui a Filosofia como componente curricular no nível médio da educação básica. Dividindo entre 4 (quatro) escolas estaduais, 4 (quatro) escolas privadas e 2 (duas) escolas federais. Ressalta-se que em 4 (quatro) escolas estaduais foi identificado o ensino de Filosofia presente também na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e 1 (uma) escola estadual o ensino de Filosofia está presente no Curso Normal, no turno da noite. Com relação à disposição das aulas do componente curricular, foram identificadas que as respectivas aulas são distribuídas durante toda a semana (segunda a sexta), principalmente nas escolas estaduais; nas escolas particulares e federais isso varia; algumas concentram as aulas em apenas um dia, porém observa-se que há uma única aula de Filosofia por semana para cada turma.

A pesquisa também identificou a quantidade de profissionais que ensinam filosofia nessas escolas. São ao todo, 13 (treze) docentes que, na maioria, possuem graduação em Filosofia e/ou estão cursando alguma pós-graduação na área. No entanto, é significativo alertar para o fato de que em sua totalidade, os professores de Filosofia

---

<sup>6</sup> De acordo com o site do IBGE <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=250370> a cidade de Cajazeiras-PB, possui uma população estimada em 2016 de 61.816 habitantes.

também lecionam a disciplina de Sociologia. Porém ressalta-se que nesse trabalho, foram analisadas apenas as instituições públicas estaduais constituídas por 4 (quatro) escolas.

### 3 O ENSINO DE FILOSOFIA NA PERSPECTIVA DA EXPERIÊNCIA DO FILOSOFAR

O estudo empreendido por nós sobre o ensino de Filosofia na cidade de Cajazeiras, acerca do Potencial Filosófico presente nas aulas e programas de Filosofia ofertados nessa localidade, parte de uma compreensão bastante específica do ensino de Filosofia. Nela entende-se o ensino e aprendizado da Filosofia a partir da experiência do filosofar, isto é, trata-se de uma compreensão em que ensinar essa disciplina é promover entre os estudantes, experiências filosóficas. Nossas principais fontes para fundamentação dessa compreensão do ensino de Filosofia foram: Aspis (2004); Souza (2004); Gallo (2012) e Rodrigues (2014).

Em sua tese, Rodrigues (2014, p.36) assinala que a Filosofia é: “[...] um *produto* da cultura, uma obra intelectual, um tipo de saber que reúne conteúdos específicos e que conseqüentemente, demanda métodos próprios de se ensinar”. Ou seja, um produto que carrega uma história de mais de 2.000 anos de concepções, teorias reunidas dos principais teóricos da área e que também é concebida como uma prática, carregada de experiência. Além de ser produto, a Filosofia também é uma atividade caracterizada pelo modo de como é realizada ou conduzida possibilitando cada experiência filosófica (RODRIGUES, 2014). Na ausência da experiência do filosofar este ensino apresenta de modo a enfatizar somente a história da Filosofia.

De antemão, é preciso esclarecer qual o sentido do termo “experiência” adotado pelas fontes utilizadas. Na concepção de Rodrigues (2014), *experiência* constitui-se de uma determinada atividade que qualquer sujeito exerce inerente de sua exterioridade; considera-se a exterioridade é importante, porém, não é a única coisa que move o sujeito. O termo experiência destacado, não está ligado à ideia de “experimentação”, conforme o entendimento encontra-se dito nas ciências, pois, esta visa sempre testar alguma coisa. Conforme Rodrigues (op. cit.), a ideia de experiência está atrelada à perspectiva de que o sujeito é, ao mesmo tempo, o executor de uma ação que também o influencia.

O autor esclarece que a noção de experiência entendida com atividade, relaciona estreitamente com “[...] algo daquilo que desde o início da Filosofia se entende como ação ética, isto é, uma ação ou uma prática na qual o sujeito da ação além de estar diretamente comprometido, também é fortemente afetado” (RODRIGUES, 2014, p.49). Assim, o conceito de experiência é equivalente à noção de práxis, isto de uma atividade

humana que possui intervenções, consciente ou inconscientemente, conduzidas a um objeto que é transformado, alcançando uma finalidade qualquer. Uma prática que possui a capacidade de criar e (re)criar saberes capazes de modificar e transformar todo aquele que ousa conhecer, no caso o ensino de Filosofia, sobre o aspecto da experiência.

Especificamente, a experiência filosófica conduzida de forma eficaz, promove a significativa transformação de ideias e perspectivas nos sujeitos envolvidos. Sua principal característica apresenta-se na forma de “[...] estar sempre em construção, em transformação renovando-se continuamente [...]” (RODRIGUES, 2014, p.70) que possui assim um caráter inacabado, aberto, passível de intervenções. Por apresentar aberta aos processos educacionais a filosofia não pode está atrelada ou presa somente a um currículo pré-estabelecido. Feita dessa forma engessada, ocorre a alienação, exaurindo toda e qualquer possibilidade de ensino e aprendizagem significativa. De modo bastante claro Rodrigues (2014, p. 82) afirma que o ensino de Filosofia à luz da experiência do filosofar permite:

[...] Pensar no filosofar como um exercício crítico-criativo da própria maneira de pensar, ser e agir. Essa concepção de ensino de filosofia só é possível quando se admite a existência de uma estreita correlação entre o aprendizado da filosofia e o exercício do filosofar, concebidas como faces de uma mesma realidade, na qual o ato de aprender filosofia e o ato de filosofar constituem uma única e idêntica experiência.

Após verificarmos qual o sentido dado ao termo “experiência” e qual referencial teórico utilizado, passamos a refletir sobre a questão do ensino. Nesse sentido, é importante considerar que para que haja ensino, deve-se levar em consideração os anseios que permeiam um determinado grupo de pessoas no caso, os jovens que estão inseridos no nível médio. As inquietações carregadas por esses adolescentes no cotidiano da vida necessitam de respostas consistentes mesmos para aquelas dúvidas consideradas efêmeras. Para tanto, cabe ao profissional conquistar o aluno, pois muitas vezes apresenta-se como “[...] desconhecedor de uma tradição filosófica e para quem a filosofia, algumas vezes é uma palavra que não lhe diz nada [...]” (SOUZA, 2004, p. 162). É recomendável que o professor detecte as necessidades e dúvidas que o jovem mostra na atual conjuntura, pois só assim evitará que a aula destinada a ensinar Filosofia se torne uma aula unicamente informativa, sem que caia no outro extremo, isto, tornar a aula de Filosofia uma espécie de desabafo sentimental e espiritual coletivo.

Baseado nisso, seria interessante que, os conteúdos a serem trabalhados nas aulas de filosofia durante o ano letivo, fossem escolhidos diretamente pelo professor. Após uma conversa prévia com os alunos para detectar as necessidades, dúvidas, os anseios. Uma vez escolhidos, caberia ao professor priorizar os temas mais relevantes, considerando o perfil de cada turma à tarefa de procurar metodologias adequadas para estimular a participação. Para isso, as possibilidades são enormes: metodologias que priorizem o uso de músicas, filmes, imagens que auxiliem na compreensão de temas juntamente com textos filosóficos, tudo isto possibilita novas e verdadeiras experiências para a compreensão da realidade.

O ensino de Filosofia enquanto espaço de produção da Filosofia deve promover a perspectiva de um ensino ativo que “[...] tenha por meta a emancipação intelectual daquele que aprende, a produção de singularidades, ainda que não seja possível *controlar* isso” (GALLO, 2012, p. 48). Voltado para a formação dos jovens o ensino ativo, desconsidera a transmissão do conhecimento, mas produz além de uma atividade intelectual, uma atividade social é preciso alertar que ensinar aquilo que é apresentado e relacionado tão somente a história da filosofia costuma-se caracterizar em mero conteúdo memorizante que não agrega nenhuma significação nem para aquele que ensina e muito menos para aquele que aprende. Ressalta-se que a história da filosofia é importante porque é relevante a aprendizagem de como é o processo histórico (surgimento, períodos, principais filósofos etc.), porém, não é o único caminho a ser seguido.

Para um ensino de Filosofia que não enfatize apenas sua história, proporcionando a “decoreba” e conseqüentemente acúmulo de informações, Deleuze e Guattari<sup>7</sup> (s.d, p.9) sugerem que a Filosofia propiciem aos alunos experiências filosóficas conceituais. De acordo com eles a filosofia é “a arte de formar, de inventar, de fabricar conceitos”. Uma filosofia ativa, criadora e que deve preferencialmente ser enfatizada no âmbito da “educação menor” aquela que seja, de fato, praticada nas salas de aula. Uma educação onde o professor e aluno sejam peças primordiais nesse processo. A educação menor seria uma forma de resistência, contrapondo-se a “educação maior”, voltada para as políticas de ensino das instâncias superiores (ministérios e secretarias educacionais), a qual, muitas vezes, apresenta-se

---

<sup>7</sup> Os autores tratam de maneira aprofundada a questão do conceito no livro *o que é Filosofia* tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Munoz. Disponível em: [http://www.casadosino.com.br/divulgacao/biblioteca/deleuze\\_guattari\\_q\\_eh\\_a\\_filosofia.pdf](http://www.casadosino.com.br/divulgacao/biblioteca/deleuze_guattari_q_eh_a_filosofia.pdf) acessado em: 18 de novembro de 2016.

descontextualizada do cotidiano dos alunos. Nesse sentido Gallo (2012, p.26) afirma que:

[...] Se uma educação maior é aquela do âmbito das políticas de ensino gestadas nos ministérios e secretarias, a dos grandes planos, dos macroplanejamentos, uma educação menor é aquela que se pratica nas salas de aulas, entre as quatro paredes, no âmbito do pequeno, como resistência, como produção de algo que se coloca para além e para aquém das grandes políticas.

É adequado considerar as várias “Filosofias” e o professor precisa admitir isso aos alunos. Ou seja, cada docente leciona a Filosofia que teve uma maior aproximação ao longo do percurso formativo (RODRIGUES, 2014). É necessário escolher uma perspectiva dentre as várias tendências Filosóficas (política, ética, metafísica, entre outras) existentes para ter, no mínimo, um trabalho coeso na sala e evitar um ecletismo, juntando assim diversas perspectivas o que não se chega a lugar nenhum. Fazendo isso, o profissional evitará que o ensino de Filosofia seja uma mera “colcha de retalhos” que apenas tenha a função de contemplação. Não existe generalização filosófica. Considerando essa “diversidade de Filosofias”, o componente curricular no ensino médio é impregnado de perspectivas e metodologias, por isso, é muito importante que o docente diante desse campo bastante plurívoco, escolha uma de imediato que se adeque as necessidades da realidade em sala de aula. Nessa ótica, Gallo (2012, p.38) afirma que:

[...] o professor deva, de forma sincera e leal, afirmar aos alunos a perspectiva de filosofia que ele adota, deixando claro que se trata de uma perspectiva e não *da* perspectiva. Além disso, é mais do que salutar chamar sempre a atenção para a diversidade de filosofias.

É sobre esse aspecto que é preferível que o professor de Filosofia seja filósofo assim como o professor de Biologia seja Biólogo, o de História seja Historiador. Pois as aulas são espaços de produção de Filosofia, ou seja, espaços de criação de problemas onde o filósofo-professor guie para que os problemas sejam, ao final, solucionados pelos seus alunos produzindo, a experiência filosófica. O profissional que não tem a devida formação deixa a desejar sobre esse aspecto. Porém é bastante louvável e importante que o filósofo-professor seja conhecedor das teorias pedagógicas existentes e que o mesmo faça uso daquela que mais se adeque a realidade de sua sala.

No âmbito pedagógico, na visão de Tardif (2014, p.39) o professor ideal é aquele “que deve conhecer sua matéria, sua disciplina e seu programa, além de possuir certos conhecimentos relativos às ciências da educação e à pedagogia e desenvolver um saber prático baseado em sua experiência cotidiana com os alunos”. Corroborando, Aspís (2004, p. 310) assegura que as aulas de Filosofia como experiência filosófica tem o principal objetivo de “[...] oferecer critérios filosóficos para o aluno julgar a realidade por meio da prática do questionamento filosófico e da construção de conceitos, por meio do exercício da criatividade e avaliação filosóficas”. Diante da aula pautada em critérios filosóficos o professor surge como uma espécie de orientador que na concepção de Aspís (2004, p. 311):

[...] põe à disposição para que seus alunos os instrumentos que conhece para uma disciplina filosófica de pensamento. Cria com os alunos um grupo, uma equipe, que tem um objetivo comum: encontrar saídas para um problema elaborado por eles mesmos, de seu interesse, por meio da investigação e do estudo filosóficos. O professor sabe que sua orientação é limitada ao seu modo de compreender a filosofia e a realidade, e que, portanto, sua orientação deve conter incentivo e atenção para as possíveis criações de novos modos por parte de seus alunos.

De acordo com essa assertiva, compreende-se que a Filosofia é formadora, levando em consideração o ser humano que a todo o momento está em busca de compreender, questionar e posteriormente criar saídas para o problema investigado. Considerando a experiência filosófica formamos o outro a ser outro. Diante do desafio que constitui o ensino de Filosofia, é necessário que a dicotomia posta entre Filosofia/Filosofar seja indissociável. Ou seja, o ensino necessita permear por bases sólidas em se tratando de conteúdo e ao mesmo tempo a uma metodologia que enalteça a capacidade reflexiva desse conteúdo.

Nas palavras de Gallo (2012) o professor que dispõe ensinar a componente curricular Filosofia sob a ótica do conceito, aparece como intercessor, aquele que vai pacientemente fazer a relação catalizante considerando as peculiaridades presentes na trajetória da formação dos conceitos, contestando toda opinião generalizada. Para tanto, tal ensino, voltado para criação de conceitos, auxilia na ampliação dos horizontes culturais dos estudantes. Se filosofar é fundamentalmente criar conceitos, ensinar Filosofia permite e ao mesmo tempo incentiva que esses mesmos conceitos sejam produzidos em sala de aula com inter-relações entre a contextualização de

acontecimentos, onde são originados os problemas para serem esclarecidos e a vasta gama de conceitos que a tradição filosófica apresenta. Para tanto, Severino (2009, p.30) confirma que:

[...] Isso exige de nossa parte uma inflexão na prática do ensino de Filosofia, de modo que se possa levar o aluno do ensino médio ao exercício desse pensamento, á apreensão do sentido de sua existência, o que deve ser feito mediante um processo interativo do adolescente com o mundo de sua experiência existencial.

Por sua vez, Gallo (2012, p. 70) enfatiza que “[...] o processo educativo deve ter por base a experiência do problema como mobilizador e motor do pensamento, para que seja possível a criação conceitual”. Ressalta que a pedagogia do conceito na filosofia, auxilia no exercício de afirmação que deve está ancorada em particularidades que cada pensador possui como, por exemplo, contexto, momento histórico etc. Fazendo com que a mesma seja uma força viva e ao mesmo tempo sendo um convite para que os estudantes possam experimentar o pensamento sobre o viés filosófico.

No universo deleuzo-guattariano, a filosofia torna-se filosofia, através da compreensão do conceito. O conceito é entendido como a criação que sempre irá partir de problema(s). Por isso é verdadeiramente adequado à inserção da “pedagogia do conceito” aos sujeitos inseridos do ensino médio. Os alunos conseguirão problematizar racionalmente e conseqüentemente demonstrar uma visão coerente do vivido. É por isso que a filosofia é considerada presença viva e ativa. No entanto, Gallo (2012, p. 57), afirma que a aula:

[...] Precisa ser vista como uma “oficina de conceitos”. [...] Um local de trabalho onde os conceitos sejam ferramentas manipuláveis, como um laboratório onde se façam *experiências* e *experimentações* com os conceitos. Dessa forma, teremos na sala de aula a filosofia como uma atividade, como um processo, e não como um produto.

A intensão é afirmar que tal ensino seja “[...] um exercício de pensamento conceitual” (GALLO, 2012, p. 85), o que diverge totalmente de mera transmissão de conteúdos. Aprender não se limita as salas de aula. Ela vai muito além, ultrapassando fronteiras das possibilidades reveladas. Por isso a Filosofia é aprendizagem. Filosofar coincide com o processo do aprender compreendido como um caminhar cujo percurso

começa através do não saber e termina quando chega ao saber. Por isso, na perspectiva de Gallo (2012, p.51):

[...] O trabalho com o ensino de filosofia no contexto de uma “pedagogia do conceito” seria, por sua vez, um exercício de afirmação da filosofia, um trabalho do pensamento que faria com que a filosofia seguisse sendo uma força viva, na medida em que seria um convite aos estudantes para experimentar o pensamento em seu registro filosófico.

A Filosofia ensinada na sala de aula na perspectiva de conceitos é comparável a um laboratório onde é possível fazer experiências diversas, tendo possibilidades conceituais infinitas. Contrariando a Filosofia definida antes como contemplação (uma aula permeada sobre esse viés seria um desastre), comunicação e reflexão. Esta última, não é destinada tão somente a Filosofia, ou seja, não é especificamente da essência filosófica. Pois qualquer disciplina e/ou qualquer profissional pode fazer o uso da reflexão. Mais uma vez Gallo (2012, p. 62) apresenta que o objetivo primordial da aula como espaço de reflexão:

“[...] seria o de levar os alunos a uma atividade de reflexão sobre tais temas ou problemas [...] nenhuma reflexão é, por si só, filosófica- e, portanto, não seria apenas pelo fato de exercitar a reflexão em sala de aula que estaríamos produzindo uma aula de filosofia”. Da mesma forma, o ato de questionar presente da Filosofia.

É correto afirmar que questionar é um elemento importante na essência da disciplina. Muitas vezes o ato questionador possibilita a saída de uma condição ingênua para alcançar a verdade propriamente dita. Porém esse movimento para alcançar a verdade não é destinado tão somente à disciplina (CORTELLA, 2009). Outras disciplinas que fazem parte do currículo escolar também permite o questionamento. Convém enfatizar que o exercício de pensamento surge através de algumas propostas que segue determinadas etapas de trabalho. Para Gallo (2012, p. 95) diante da “pedagogia do conceito” essas etapas seriam necessariamente “[...] estar articulada em torno de quatro elementos didáticos: uma etapa de sensibilização; uma etapa de problematização; uma etapa de investigação; e finalmente, uma etapa de conceituação”.

A primeira etapa caracterizada como sensibilização, o professor levará em consideração a realidade do alunado e fará o uso de ferramenta específica; um poema, letra de música, ou até mesmo de um filme. O professor procurará sensibilizar o aluno,

ou seja, introduzir o assunto para uma melhor aprendizagem. Na etapa da problematização, desde que o assunto esteja escolhido, o professor orientará a formulação de perguntas conectada, a princípio, ao senso comum dos discentes. Nesse momento o aluno sentirá instigado e relacionar o tema tratado em sala de aula com a Filosofia. Dessa forma, o aluno será capaz de pensar por si próprio diante do tema previamente escolhido. Isso permitirá o avanço para etapa da investigação. Nessa etapa incide eminentemente, que o aluno precise já está envolvido totalmente com o tema proposto. É o momento bastante propício que o discente procure respostas nos textos e/ou fragmentos de filósofos e que por meio dos mesmos, apresentar, as várias abordagens desse mesmo assunto. Diante de dos diversos problemas, o aluno, portanto, tende a resolver a questão. Na maioria das vezes, diante da necessidade os alunos procurarão as respostas frente aos questionamentos formulados. A última etapa consiste na conceituação, considerada o ponto de chegada do ato de filosofar. Cabe ressaltar que a conceituação não é definitiva, mas perante o momento de verdadeira criação significa o resultado fundamentado que os estágios anteriores proporcionaram ao aluno.

O potencial filosófico para o ensino de Filosofia, parte, a princípio, através do filósofo-professor que exerce claramente a função de mediador e não como transmissor do conhecimento; ou seja, através da mediação em sala de aula, o professor deve apresentar uma das várias perspectivas existentes da filosofia aos estudantes; posteriormente, desconstruir a visão da filosofia como a “única” disciplina reflexiva; é necessário que o aluno seja convidado a pensar conceitualmente a partir de uma tradição filosófica, entendida aqui como a concepção que cada filósofo defende. A aula de Filosofia deve preferencialmente ser um momento em que o aluno entre em contato com situações-problemas. Fazendo com o que o mesmo torne-se um investigador, capaz de ter uma postura crítica frente ao espaço social que está inserido.

### 3.1 PRINCIPAIS DESAFIOS PARA O ENSINO DE FILOSOFIA

Ao concluir a formação inicial em uma instituição de ensino superior e ingresso no mercado de trabalho, o profissional graduado em Filosofia, depara-se com inúmeros desafios. Nesse tópico, elencaremos as principais que envolvem o ensino de Filosofia no ambiente escolar. Ressaltamos que a presença de vínculo entre os níveis médio e superior é de relevância e de contribuição. Um dos primeiros desafios a ser destacado

diz respeito aos cursos de graduação em Filosofia. Gontijo (2015, p.45) relata certa desorientação ao egresso dos cursos superiores, pois “[...] ao chegarem numa escola para lecionar ficam perdidos ao descobrir que o que farão ali tem um distanciamento razoável com relação á filosofia que aprenderam na Universidade”. É importante e necessário que no decorrer da formação universitária daquele que escolhe ensinar Filosofia no ensino médio, também seja contemplado uma formação pedagógica sólida que oportunize ao profissional, conhecimento das teorias educacionais existentes e que o mesmo seja capaz de relacionar com os conhecimentos específicos da filosofia aprendidos durante os anos de formação.

Um aspecto importante a ser considerado é o professor não graduado em Filosofia, ensinando a disciplina no ensino médio. Tal fato interfere de modo negativo como a Filosofia chega até os alunos acarretando que a aula seja ministrada como um mero “bate papo” ou até mesmo uma “aula informativa” apenas. É por demais sabido que professores assumem a tarefa de ministrar aulas de Filosofia não por uma iniciativa pessoal, mas infelizmente para cumprir determinada carga horária. A intensão aqui não é dizer que o professor é incapaz, ao contrário, o profissional dedicado, que estuda que procura qualificação na área, terá mais proximidade do verdadeiro papel da disciplina no ensino médio. Porém, se o problema de professores não habilitados ensinando Filosofia persistir, será mantido uma visão totalmente distorcida da Filosofia e conseqüentemente não terá nenhuma contribuição para a formação dos jovens que estão na etapa final da educação básica. Sobre esse aspecto, Mendonça (2015, p. 69) afirma que “[...] é imprescindível que o professor de Filosofia, que dará aulas ao ensino médio [...] tenha formação em Filosofia”.

Outro problema que dificulta o desenvolvimento do trabalho consiste na carga horária: apenas uma única aula na semana. Essa única aula não proporciona uma sequência satisfatória de ideias e muito menos oportunidade de explorar e fixar os conteúdos através de leituras em sala. Sobre esse aspecto questiona-se: a escola necessita de um professor ou um herói? Como profissionais da educação que são, é extremamente relevante não confortar-se diante das condições problemáticas que o campo profissional proporciona. Severino (2014, p. 13) afirma que:

[...] É evidente que diante das condições de precariedade geral da educação [...] temos que aproveitar ao máximo as brechas que se abrem, por menores que sejam. Mas é muito difícil desenvolver um trabalho formativo denso e qualificado nesse tempo. Por isso mesmo,

é preciso continuar lutando para uma revolução pedagógica mais profunda em todo o nosso sistema educacional. Fazer da escola o lugar de um projeto educacional efetivo, um ambiente propício tanto ao ensinar como aprender.

Por isso é urgente e necessário à ampliação da carga horária para que o trabalho seja desenvolvido de modo coerente e sua presença seja concretizada dentro do currículo escolar com as demais disciplinas. É relevante que a luta por melhores condições de trabalho deve ser intensificada, pois, sem isso, inviabiliza o desenvolvimento do trabalho docente.

## 4. ANÁLISE DOS DADOS

Com vistas aos objetivos propostos por esta pesquisa e a partir dos dados coletados pelo instrumental aplicado, na sequência, apresentamos a análise dos resultados obtidos em três tópicos: problemas e desafios encontrados no ensino de Filosofia; os recursos didáticos utilizados; as experiências de sucesso no ensino filosófico de Filosofia. Cada tópico é aqui apresentado separadamente nos grupos pesquisados. Finalizamos a análise com nossas considerações acerca do potencial filosófico do ensino de Filosofia que identificamos nas escolas da cidade de Cajazeiras-PB.

### 4.1 Desafios no ensino de Filosofia

Para essa análise utilizamos as informações coletadas nos questionários aplicados aos professores e alunos acerca daquilo que pensam sobre o ensino de Filosofia. Vale salientar que dos 4 (quatro) professores que atuam nas escolas públicas estaduais, nossa pesquisa apresenta os dados de apenas 2 (dois) docentes. Tal fato ocorreu durante a pesquisa de campo onde os restantes dos sujeitos da pesquisa, não devolveram o questionário, alegando falta de tempo para responder.

#### 4.1.1. – Análise dos questionários dos professores:

*Escola Estadual “EI”:*

Na primeira escola estadual pesquisada, o profissional que ali ministra aulas de Filosofia, questionada acerca dos problemas encontrados a mesma diz que: *“são a falta de interesse dos alunos pela disciplina, o desinteresse em fazer as leituras sobre os temas propostos, a preguiça mental dos alunos em pensar e a falta de material didático apropriado para o ensino de filosofia e pesquisa”*. Contudo, a referida docente apenas cita a falta de material didático, mas não explica o porquê dessa carência e se atinge diretamente ao professor ou aos alunos. As sugestões elencadas por professora para superar tais dificuldades foram: *“[...] material didático disponível na escola”*, o uso da *“música, a arte, os filmes e as encenações”*.

*Escola Estadual “E2”:*

A docente que ministra aulas de Filosofia na escola “E2” quando questionada sobre os principais problemas encontrados relata pontualmente que a: “[...] *falta de estrutura para o trabalho, falta de leitura por parte dos alunos, falta de respeito com a disciplina, o preconceito com a disciplina*” constitui de grandes entraves no que se refere ao ensino de filosofia na instituição. As mais graves a profissional destacou que: “*a falta de respeito com a disciplina [pois] algumas pessoas que trabalham na área, não o fazem com responsabilidade gerando a sensação, nos alunos, de que a disciplina não serve para nada*” e também “*a falta de leitura. Os alunos não têm o hábito de estudar e de ler o que os leva a não ler o conteúdo atrapalhando na aprendizagem*”. Contudo, a docente não apresentou nenhuma sugestão para superar as dificuldades.

Diante do exposto as docentes apresentaram como respostas nos questionários aplicados durante a pesquisa de campo, o descompromisso por parte do alunado que pode ser refletida com a falta de leitura e a falta de interesse pelo componente curricular Filosofia. Estas docentes, no entanto, apenas citam, não explicando de que maneira essa falta de compromisso pode afetar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Estes desafios fazem parte do cotidiano da docência que necessita a cada dia, possuir metodologias adequadas para que os desafios possam ser resolvidos. Por isso, como as docentes poderão empregar metodologias se o tempo da aula no ensino médio, não favorece, para um desempenho satisfatório que possibilite a autonomia aos estudantes? O ideário de professor que Gallo (2012, p.128) aponta, consiste em: “[...] aquele que faz a mediação de uma primeira relação com a filosofia, que instaura um novo começo, para então sair de cena e deixar que os alunos sigam suas próprias trilhas”. O não comprometimento dos alunos com a falta de leitura dificulta essa primeira mediação. É necessário que o professor de Filosofia, mostre a importância da leitura para a compreensão de determinados temas essenciais para a formação da cidadania dos estudantes.

#### 4.1.2 – Análise dos questionários dos estudantes:

*Escola Estadual “E1”:*

Na escola estadual “E1” participaram ao todo 23 alunos que estão cursando o 1º, 2º e 3º ano do ensino médio. Perguntados sobre o que é Filosofia, a maioria (13 alunos) respondeu que é um saber que auxilia o modo de pensar e refletir. Para outros (11 alunos) a Filosofia apresenta-se com respostas diversificadas como “[...] *um saber que consegue nos libertar através dos pensamentos*” também constitui como “*a ciência que nos faz perguntar o “por que”, e nos faz raciocinar sobre questões importantes do nossa vida social*”. Ou também como “*uma disciplina que ajuda o aluno com o modo de pensar e ver as coisas com outros olhos*”. Também é compreendida a Filosofia como “*procurar respostas, é questionar, é querer saber o porquê. É pensar, é criar, imaginar e refletir*”. Sobre a importância da filosofia na vida, a maioria (cerca de 18 alunos) responderam que “*ela torna-se importante “pois a filosofia [...] ajuda a pensar melhor nas coisas do mundo*” ou também que “*através dela [a filosofia] [...] ajuda a refletir no modo que estou vivendo*”. Também (5 alunos) relacionaram a filosofia como “*não vejo nada de importante para a minha vida*”.

Sobre as principais dificuldades em aprender filosofia os alunos responderam (3 alunos) que “*decorar o nome dos filósofos*” e (5 alunos) “*entender o pensamento de alguns filósofos*”. Também foi observado que na maioria das respostas (15 alunos) não encontram dificuldade em aprender filosofia. Como sugestões para a aula, os discentes propõem “*aulas de vídeo*”, apresentação da biografia dos filósofos estudados, “*apresentar filmes*”, e “*ter mais tempo de aula*”.

#### *Escola Estadual “E2”:*

Na escola estadual “E2” 15 alunos responderam aos questionários. Questionados sobre o que é Filosofia (5 alunos) responderam que “*é o estudo da razão, ela nos ajuda a pensar melhor sobre a sociedade e outros aspectos*”. Sobre a importância da filosofia foi obtida como resposta que a filosofia “*é importante porque assim posso saber mais as razões pela qual existo e porque existo*”, como também é importante “[...] *de tudo que ocorreu entre os filósofos e conhecer o pensamento de cada um*”.

Para o alunado entre as principais dificuldades em aprender em filosofia está em “interpretar alguns textos” ou “entender alguns conceitos”, porém os mesmos não exemplificam quais são esses conceitos. Grande parte (9 alunos) dos discentes apresentou como sugestões “ter aulas dinâmicas”, porém mais uma vez, não explicam como seriam essas aulas dinâmicas. Outros alunos (cerca de 9 alunos) afirmam que é

preciso “aulas de campo, filmes, gincanas” e até mesmo “que o livro [didático] não venha em volume único”.

*Escola Estadual “E3”:*

Na instituição 7 (sete) alunos responderam o questionário. Perguntados sobre o que é Filosofia, os discentes em sua maioria responderam que é “*o pensamento filosófico*”, porém os mesmos não explicam o que seria esse pensamento. Sobre a importância da filosofia para a vida, os discentes (2 alunos) apresentaram como respostas, palavras soltas como “*aprendizagem e experiência*” não explicando o porquê da escolha dessas palavras. Também responderam (5 alunos) que a filosofia “*melhora a forma de [...] pensar e agir melhor em minhas escolhas e ter o pensamento crítico e livre*”. Sobre o que não gostam ou acham difícil nas aulas de filosofia os alunos, grande parte (5 alunos) responderam “*os nomes dos filósofos*”. Os discentes responderam que “*aprender as teorias filosóficas*” como a principal dificuldade em aprender Filosofia. Como sugestões (6 alunos) responderam que essas aulas “*pode ser aulas mais interativas*” e até mesmo (1 aluno) “*que [o professor] melhore um pouco e explicar mais as palavras estranhas, para que possamos compreender melhor*”. No entanto, os mesmos não explicam ou exemplificam como seriam as aulas interativas. Na instituição foram aplicados questionários, porém apenas 7 alunos quiseram responder.

*Escola Estadual “E4”:*

Na última escola Estadual “E4” 21 alunos foram pesquisados. De início, sobre o que é filosofia os alunos (10 alunos) responderam que “*é o pensar, o questionar, o ato de perguntar*”. Sua importância para a vida consiste em “*o quanto ser humano pode pensar ou agir diante de qualquer circunstância*”. Perguntados sobre o que não gostam ou acham difícil nas aulas, alguns (5 alunos) consideraram “*a metodologia de ensino do professor*”, bem como a “*interpretação de texto*”, “*compreender alguns filósofos*”, (10 alunos) e também “*[...] do tempo. Só uma aula é pouco*”. Sobre as principais dificuldades em aprender Filosofia, (5 alunos) estes, responderam que “*a leitura, pois possui alguns nomes que não conheço*”, como também (1 aluno) “*pelo fato de não ter estudado no ensino fundamental, [a] filosofia se torna um pouco difícil*”. Como sugestão para a aula, todos os discentes que responderam o questionário da pesquisa,

apontaram a necessidade de *“ter mais aula de filosofia (pois nos ajudam a pensar só)”*, bem como é preciso *“uma explicação bem mais clara e com uma ótima dinâmica”* e *“mais aulas com slide, vídeos e filmes baseados no capítulo que está sendo debatido”*.

Nas respostas dos questionários que foram coletados durante a pesquisa de campo nas escolas estaduais dos estudantes analisados, verifica-se que os discentes atribuem a Filosofia como o pensar, o questionar, estudo da razão, dentre outros. Porém, nenhum dos alunos explica detalhadamente o que seria a Filosofia pelo viés da razão, do pensar, do questionar. Ressaltamos aqui que o ato de questionar é um atributo da adolescência, uma vez que “[...] nossos estudantes conseguem levar a inquietação filosófica até o extremo, pois misturam á reflexão filosófica uma série de angústias, incertezas, impulsos e questionamentos existenciais, comuns nesse momento da vida” (RODRIGUES, 2014, p. 2016). Grande parte dos discentes atribui principalmente a interpretação de textos sendo uma das maiores dificuldades em se aprender Filosofia no ensino médio. Quando perguntados sobre as sugestões para aula de Filosofia, a maioria dos estudantes apontaram a necessidade do uso de filmes, uso do data show, documentários para que viabilizem o ensino para o entendimento dos textos propostos sempre priorizando a aprendizagem dos alunos.

#### **4.2 Recursos didáticos utilizados no ensino de Filosofia**

Nesse tópico serão apresentados os recursos didáticos-pedagógicos que dispõem os docentes para lecionar Filosofia nas escolas estaduais de nível médio da cidade de Cajazeiras-PB. Para uma melhor compreensão, bem como apresentar de forma clara, as informações estão divididas de acordo com os grupos de escolas. O motivo de agrupar as informações deu-se na presença de semelhanças nos recursos disponíveis de cada instituição. Tais informações foram coletadas e reunidas a partir das observações e acompanhamentos realizados nas respectivas escolas.

*Escolas Estaduais: “E1”, “E2”, “E3”, “E4”:*

Os recursos didático-pedagógicos que os respectivos professores dispõem nas aulas de Filosofia são a lousa, pincel e o livro didático. Ressalta-se que em todas as aulas que foram observadas em nenhum momento os professores fizeram o uso de

computador, data-show para a exibição de filmes e/ou documentários. Também não foi observado o uso de músicas para auxiliar no entendimento das aulas.

Nas escolas estaduais pesquisadas da cidade de Cajazeiras-PB, com relação aos recursos didáticos disponíveis nas instituições prevalecem ainda recursos didáticos escassos e que muitas vezes dificultam a mediação do conhecimento. Nas palavras de Rodrigues (2014, p.33) o modelo de ensino encontrado nas escolas está “[...] submetido a um modelo que além de não se adequar ao modo como compreenderíamos o aprendizado filosófico, pelo contrário, opera contra ele”. Quando o docente faz o uso somente destes recursos favorece a mera transmissão do conteúdo. Ficar “preso” ao livro didático nas aulas, enfatizando apenas os textos dos filósofos, não auxilia no processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Gallo (2012, p. 150) apresenta que “[...] Texto e imagem, assim compostos, são um convite a pensar, a deixar as ideias fluírem”. Ou seja, o uso de filmes, documentários, entre outros, potencializa a aprendizagem dos alunos.

### **4.3 Experiências de sucesso no *ensino filosófico* da filosofia**

Neste tópico, são apresentadas as experiências de sucesso no ensino filosófico da filosofia. Essas experiências foram coletadas e registradas no decorrer das aulas através da observação e acompanhamentos no momento da pesquisa de campo nas escolas Estaduais de nível médio da cidade de Cajazeiras-PB.

#### *Escola Estadual “EI”:*

Na escola mencionada, com base nas observações feitas em sala de aula, não foi possível perceber e/ou registrar nenhuma experiência de sucesso no ensino filosófico da filosofia. Durante as aulas, a professora mostra-se preocupada em escrever inúmeras questões (de 7 a 9 questões) na lousa para os(as) alunos(as) copiarem e responderem no caderno para que ao final da aula possam receber um “visto”. Esse visto é contabilizado com outros das atividades feitas em sala e ao final do bimestre é atribuído uma nota. Em nenhum momento durante a observação a docente explica de como deve ser respondida a atividade. Em outro momento foi observado que a professora inicia a leitura do texto, porém, na maioria das vezes, não dá tempo de aplicar uma atividade referente ao texto trabalhado, por causa do tempo de aula que se resume em apenas 45 minutos. Vale

ressaltar que o material didático disponível para as aulas tanto do professor quanto do aluno constitui em xérox de textos de filosofia de uma revista educacional que a docente possui assinatura mensal e que ao final da aula, as xérox são recolhidas para serem utilizadas na sala seguinte. Contudo, foi observado que apenas no 3º ano do ensino médio os alunos possuem livro didático de Filosofia, porém, mesmo em mãos, em nenhum momento foi observado os discentes ao menos abrindo o livro para simplesmente pesquisar.

*Escola Estadual “E2”:*

A experiência de sucesso no ensino filosófico da filosofia observado durante as aulas da escola Estadual “E2”, consiste que a docente faz uma pequena introdução do assunto que será explicado em sala de aula. Essa introdução é feita basicamente através de perguntas que os alunos com base na realidade procuram responder através da oralidade. Nesse momento, nota-se que no decorrer da aula a docente possui domínio de conteúdo, fazendo relação entre filósofos e situações do cotidiano que falam sobre o tema (no caso, ética). Os alunos mostram-se participativos respondendo as perguntas. Essa participação e envolvimento do aluno com a temática da aula é um dos indicativos estudados para o sucesso de um ensino filosófico da Filosofia na escola. Para um melhor entendimento a docente vai pontuando no quadro as falas mais significativas dos estudantes acerca do tema. Ao final faz a chamada e propõe a turma uma produção textual que deverá ser entregue na próxima aula.

*Escola Estadual “E3”:*

A experiência de sucesso registrada durante a observação realizada no decorrer das aulas de filosofia na escola estadual “E3”, constitui em um momento de interdisciplinaridade; na semana do meio ambiente, a docente promoveu uma palestra com as turmas de 3º ano do ensino médio, que tinha o principal objetivo de despertar no alunado a consciência planetária. Para isso, a profissional adotou com referência o livro de Edgar Morin<sup>8</sup>. Após a palestra, a atividade foi uma dinâmica que consistia em dobrar uma folha de papel em 4 partes. Cada parte representava uma dimensão (Eu, Família,

---

<sup>8</sup> A cabeça bem-feita (MORIN, 2008).

Sociedade e Planeta) cada aluno nomeou 3 palavras que representasse cada dimensão na folha de papel. Feito isso, a docente ia chamando para que alguns falassem o porquê das escolhas feitas. Ao final, a professora explicou a necessidade de se fazer os “3 Rs” (reciclar, reutilizar e recriar) e pensar estratégias de como utilizar no cotidiano de cada um. Vale salientar que durante a prática pedagógica em sala de aula, não foi registrado nenhuma experiência de sucesso no ensino filosófico da filosofia. Através das observações, constatou-se que a professora preocupava-se somente cumprir os horários estabelecidos da aula: apenas lia trechos do livro didático (existencialismo) não provocava no aluno o pensar e por isso determinadas turmas mostravam-se sem interesse em aprender o assunto.

#### *Escola Estadual “E4”:*

A experiência de sucesso no ensino filosófico da filosofia observada durante as aulas na escola estadual “E4” consiste que o professor produz um esquema conceitual na lousa para posteriormente iniciar a aula. Esse esquema, como o próprio nome diz, surge dos principais conceitos que o professor retira do livro didático utilizado nas aulas de Filosofia. Feito esse esquema, o professor inicia a aula a partir de perguntas para a turma. No decorrer da aula, os alunos mostram-se atentos e participativos sempre respondendo as provocações que são feitas pelo docente acerca do tema da aula (no caso, ideologia). Os alunos, por sua vez, apresentam as dúvidas que surgem na aula através de perguntas. Nesse momento, surge um debate entre professor e os alunos onde cada um apresenta seu ponto de vista. Infelizmente o debate é interrompido com o toque avisando o final da aula. O docente realiza a chamada e avisa que continuação do debate será na próxima aula.

Conforme enfatizado no referencial teórico deste trabalho, acerca do potencial filosófico no ensino de Filosofia, observa-se a existência de experiências de sucesso nas escolas pesquisadas. Uma diversidade de experiências que proporciona aos discentes o filosofar. Na escola denominada de “E1”, como foi observado, a docente não demonstra qualquer atitude, para que os alunos tenham uma verdadeira experiência do filosofar; na realidade foi demonstrado um ensino conteudista, que não provoca o senso crítico e o ato de questionar nos alunos. São prioridade os cumprimentos de horários, de atividades pela docente, desconsiderando qualquer pergunta ou dúvida por parte dos alunos. É preferível que a docente tenha uma postura ativa sobre o ensino conforme Gallo (2012)

enaltece favorecendo a atividade de criação. Na escola estadual E2 ocorre o contrário: a docente em suas aulas fez uma breve explanação do assunto através do questionamento relacionando o conteúdo abordado com a realidade dos estudantes. Isso vai de acordo com a concepção de Rodrigues (2014) que quando estão presentes em uma mesma realidade, o aprendizado da filosofia e o exercício do filosofar configuram-se em uma verdadeira experiência. Na escola E3 a experiência de sucesso foi constatada a partir do momento que a docente estabelece o diálogo entre as disciplinas (interdisciplinaridade) esse diálogo possibilitou aos alunos o despertar da consciência planetária. Da mesma forma Rodrigues (2014, p.89) apresenta que a Filosofia além de “[...] garantir o desenvolvimento da criticidade do estudante também é capaz de promover uma interlocução entre as diversas disciplinas”. Porém, em sala de aula constatou-se a ausência do ensino filosófico sendo destinada a aula para preencher a carga horária da grade curricular. Por fim a escola E4 apresentou como experiência de sucesso a produção de um esquema conceitual para auxiliar na aprendizagem dos alunos. Feito esse esquema na lousa, o professor provoca os alunos através de perguntas, todos os alunos sem exceção mostraram-se atentos e participativos. Conforme posto nos referenciais e considerando aquilo que Gallo (2012) preconiza sugerindo que a aula de Filosofia seja uma espécie de oficina de conceitos a escola supracitada foi a que mais apresentou momentos em que ocorre um aumento do potencial filosófico (Rodrigues, 2014) e conseqüentemente favorece a experiência do filosofar para os alunos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste estudo (re)propomos o problema com que começamos esse trabalho, buscando agora respondê-lo, mesmo que preliminarmente, a partir de toda pesquisa desenvolvida: qual o potencial filosófico do ensino de Filosofia que pudemos identificar nas escolas participantes na cidade de Cajazeiras-PB? Na sequência, tecemos com algumas sugestões de natureza pedagógica para o fomento de um ensino filosófico de Filosofia com o qual nos identificamos e acreditamos, pois permite aos estudantes um contato mais criativo e transformador com essa disciplina escolar.

A partir dos dados obtidos e das análises realizadas pode-se inferir que muitos dos desafios que envolvem o ensino de Filosofia, relatados pelos docentes participantes desta pesquisa, parte da falta de compromisso com a disciplina tanto pela de falta de leitura por parte dos alunos, como pelo desrespeito de outros profissionais da educação na escola. Percebemos que a falta de compromisso também se revela na escassez de material didático que constitui um dos principais entraves da Filosofia nas escolas pesquisadas. Além do mais a carga horária disponibilizada no nível médio, não favorece para que o professor desempenhe satisfatoriamente sua prática na sala de aula.

Com relação aos discentes participantes desta pesquisa muitos afirmaram que, em grande parte, a Filosofia auxilia na capacidade de reflexão e questionamento. Porém, os mesmos em suas respostas não souberam explicar ou dizer como a Filosofia contribui para a reflexão e o questionamento, auxiliando no processo de aprendizagem. Na maioria dos casos, a principal dificuldade relatada consiste na identificação dos filósofos e na interpretação dos textos, mas, sobretudo, a falta de dinamismo nas aulas. Por causa disso, como sugestões os alunos sugeriram que se tenham aulas mais dinâmicas com o uso de filmes, músicas, e outros.

A pesquisa confirmou que com relação a recursos didático-pedagógicos, os que as escolas estaduais dispõem são bastante limitados e consistem apenas em: quadro, pincel, livro didático e materiais de expediente básicos (papel ofício, xérox e outros.). Nesse sentido é preciso indagar: como o professor pode fazer o uso de recursos diferenciados se a escola não os possui? Como planejar uma aula diferente para os alunos se a escola não oferece instrumentos pedagógicos condizentes, como os existentes em escolas da rede privada?

Paradoxalmente, não obstante tal situação de precariedade de recursos para o ensino observou que há professores que propõem através de determinados temas o

exercício do filosofar e foi possível verificar a existência de experiências bem sucedidas no ensino de Filosofia, revelando práticas possuidoras daquilo que Rodrigues (2014) chamou de “potencial filosófico”. As experiências de sucesso partem principalmente de ações exercidas pelos docentes, visando levar o aluno à experiência do filosofar, conforme foi constatado na maioria das escolas através do acompanhamento e a observação das aulas. O professor, profissional com a devida formação em Filosofia, durante sua prática, além de apresentar temas que estão inseridos na realidade do aluno, provoca-os a pensar através de uma metodologia que destina um momento de sua aula à promoção de questionamentos e indagações, o que contribui não só para a formação cidadã, mas para a formação do ser crítico, formação esta imprescindível ao ser humano na realidade ora apresentada.

Como sugestões pedagógicas voltadas para o ensino de Filosofia na perspectiva da experiência do filosofar, a partir daquilo que a pesquisa nos proporcionou e do que estudamos ao longo do curso Pedagogia, sugerimos aos professores: a não improvisação de aulas. É preciso que os professores sempre estejam engajados no planejamento das aulas destinadas a Filosofia no ensino médio. O ato de planejar que é uma tarefa docente em sua essência, além de organizar e coordenar as atividades pedagógicas (LIBÂNEO, 2004), auxilia ao profissional viabilizar a mediação do conhecimento para/com os alunos, atingindo de forma exitosa o processo de ensino-aprendizagem; Os professores que ensinam Filosofia no ensino médio, devem preferencialmente conhecer as turmas, sempre considerando a realidade de cada sala de aula na elaboração dos planos. Bem como um levantamento prévio de temas que interessam os estudantes e que posteriormente poderiam ser utilizados nos planejamentos bimestrais; esse conhecimento prévio e escolha de temas auxiliam no bom desempenho das competências necessárias que o aluno ao final desse nível de ensino deve possuir; Fazer uso de uma educação crítico-reflexiva, para que o aluno possa alcançar a autonomia de pensamento e consciente de seus direitos e deveres perante a sociedade, contrariando toda uma tradição de um ensino conteudista e que prima pela transmissibilidade do saber; Priorizar a prática da interdisciplinaridade, isto é, criar espaços de diálogos com outras disciplinas na abordagem dos temas e assuntos desenvolvidos; a atitude interdisciplinar possibilita ao professor transitar de um conhecimento mais integrado ao especializado e vice-versa;

Nas aulas destinadas a Filosofia, fazer uso de indagações através de questionamentos que ajudem a provocar o pensamento dos alunos, chamando sua

atenção desde suas experiências pessoais ou fatos do seu cotidiano; a relação professor-aluno deve estar sempre permeada de uma mútua colaboração, na qual o professor sempre motive os alunos a praticar o filosofar (RODRIGUES, 2014). Sempre que possível utilizar recursos didáticos audiovisuais nas aulas de filosofia. Fazer uso do computador, documentários, vídeos, filmes, músicas, poesias entre outros, contribuem e auxiliam a aprendizagem para o entendimento de determinado tema filosófico abordado em sala de aula. Os jovens são impactados cotidianamente pela tecnologia e o professor precisa considerar que a educação não se perfaz somente com o livro didático (LIBÂNEO, 2011). Priorizar nas aulas de Filosofia o uso de dicionários de filosofia e de português para auxiliar no entendimento dos textos ou fragmentos das concepções de cada filósofo abordado.

Ao finalizarmos essas considerações gostaríamos de destacar a importância desta pesquisa para a minha formação enquanto futura Pedagoga, possibilitando um conhecimento aprofundado do ensino de Filosofia que até então era uma área desconhecida durante o percurso formativo do curso de licenciatura em Pedagogia e mais especificamente, a proposta do potencial filosófico. O período destinado ao estudo dos referenciais teóricos, a princípio, oportunizou o entendimento das tentativas, ao longo da história, de se ter um ensino de Filosofia nas instituições escolares brasileiras para auxiliar os jovens na construção crítica da realidade. Pudemos observar que o tema abordado nesse trabalho é envolto de vários desafios, a exemplo, da carga horária disponibilizada para esse componente curricular na esfera educacional. É preciso sem sombra de dúvida uma ampliação para que o trabalho docente transcorra de forma eficaz na formação cidadã dos estudantes.

Além do mais, tivemos a oportunidade de reconhecer a necessidade de o profissional fazer uso dos recursos didáticos durante a aula de Filosofia para que auxilie na mediação dos conhecimentos e facilite para o aluno o exercício do filosofar. Da mesma forma o estudo em questão, possibilitou a necessidade de uma formação pedagógica que abrangem técnicas didático-metodológicas para o filósofo que atua como professor, principalmente após a Lei da obrigatoriedade. Quanto maior for a aproximação entre uma teoria pedagógica com um tema específico do componente curricular Filosofia, maior será a chance de favorecer o filosofar.

Afirmamos também, que a educação constitui-se como um elo de mediação entre os indivíduos e a sociedade. Seu principal objetivo é a formação integral do ser humano, permitindo que este realize suas potencialidades. Nessa perspectiva, acreditamos que o

ensino de Filosofia, quando bem conduzido, pode contribuir com as finalidades da educação favorecendo a autonomia, a capacidade crítico- reflexiva do ser humano. Assim esperamos que o trabalho desenvolvido possa contribuir para novas pesquisas na área do ensino de Filosofia subsidiando discussões mediante o processo de ensino e aprendizagem deste componente curricular do ensino médio das escolas públicas.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Dalton José. **A filosofia no ensino médio**: ambiguidades e contradições na LDB. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

ASPIS, Renata Pereira Lima. **O professor de filosofia**: o ensino de filosofia no ensino médio como experiência filosófica. Cad. Cedes, Campinas, vol.24, n.64, 305-320, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 1 de Dezembro de 2015.

BRASIL. **Lei n. 4024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 dez. 1961.

\_\_\_\_\_. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [recurso eletrônico]: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 9. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 5692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. Diário Oficial [da] República federativa do Brasil. Brasília, DF, 11 ago. 1971.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 11.684 de 02 de junho de 2008**. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do Ensino Médio. Diário Oficial [da] República federativa do Brasil, Brasília, DF, 02 jun. 2008.

\_\_\_\_\_. **PNE**: Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 13.415 de 16 de fevereiro de 2017**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial [da] República federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: MEC, SEB, 2000.

\_\_\_\_\_. **Orientações Curriculares para o Ensino médio**: ciências humanas e suas tecnologias. Brasília: MEC, SEB, 2006.

\_\_\_\_\_. **Orientações Educacionais Complementares aos parâmetros curriculares Nacionais**: ciências humanas e suas tecnologias. Brasília: MEC, SEB, 2007.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil**: leitura crítico-compreendida: artigo a artigo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CORTELLA, Mario Sergio. **Filosofia e Ensino médio**: certos porquês, algumas senões, uma proposta. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FARIA, Ana Cristina de. et.al. **Manual prático para elaboração de monografias**: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. 7.ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Ed. Universidade São Judas Tadeu, 2013.

GADOTTI, Moacir. A filosofia para crianças e jovens e as perspectivas atuais de educação. In: KOHAN, Walter O. LEAL, Bernardina. (org.) *Filosofia para Criança em Debate*. Vol. 4 Petrópolis, Vozes, 2000.

GALLO, Sílvio. **Metodologia do ensino de filosofia**: uma didática para o ensino médio. Campinas, SP: Papirus, 2012.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **Educação e pedagogia na Colônia e no Império**. IN: História da Educação Brasileira. São Paulo: Cortez, 2006.

GONTIJO, Pedro Erginaldo. **As filosofias nos currículos Estaduais de Ensino médio**. IN: Filosofia e ensinar Filosofia. São Paulo: ANPOF, 2015.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?**: novas exigências educacionais e profissão docente. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Organização e Gestão da escola**: teoria e prática. 5 ed. Goiânia, GO: Alternativa, 2004.

MENDONÇA, Samuel. **Ensino de filosofia e a caracterização do professor do estado de São Paulo**. In: BATTESTIN, Claudia; DUTRA, Jorge da Cunha (Orgs.). *Diálogos entre filosofia e educação*. Coleção maiêutica filosófica. Vol.1 Rio Grande: ed. Da FURG, 2015.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria método e criatividade. 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MONTEIRO, João Paulo. **O ensino de Filosofia no Segundo Grau**. In: Encontro Nacional dos Professores de Filosofia.(Org). *A Filosofia e o Ensino de filosofia*. São Paulo: Convívio, 1979.

RONDON, Roberto. **Pequenas questões sobre o ensino de Filosofia**. In: Educação em Revista, Marília, v12, n 1, p.25-38, Jan-Jun, 2011. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/educacaoemrevista/article/view/1535>> Acesso em: 2 de fevereiro de 2016.

RODRIGUES, Valter Ferreira. **O ensino de filosofia como experiência crítico-criativa do filosofar**: limites e possibilidades. (tese – Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação). João Pessoa, PB: UFPB, 2014.

SANTOS, Alan Rocha dos. **A caverna do saber**: uma aventura pelo mundo da filosofia. São Paulo: Alphagraphics, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Desafios atuais do ensino da Filosofia**. In: A filosofia e seu ensino: caminhos e sentidos. Ed. Loyola, São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **Filosofia para a vida**. Entrevista concedida a Jorge da Cunha Dutra e Fabio Antônio Gabriel. Revista Filosofia, ciência e vida, Ano VIII, Nº 98, Setembro de 2014.

\_\_\_\_\_. **Do ensino da filosofia**: estratégias interdisciplinares. Educação em revista. Marília, v.12, n.1, p.81-96, jan.-jun., 2011.

SILVEIRA, Renê José Trentin. **Filosofia e segurança nacional**: o afastamento da Filosofia do currículo do Ensino Médio no contexto do regime civil-militar pós-1964. In: TRENTIN, Renê; GOTO, Roberto (Orgs.). A filosofia e seu ensino: caminhos e sentidos. Coleção filosofar é preciso. São Paulo: Loyola, 2009.

SOUZA, Sonia Maria Ribeiro de. A Filosofia no ensino médio: uma (re) leitura a partir dos PCN's. In: Gallo, Silvio; Danellon, Márcio; Cornelli, Gabrielle (Orgs.). Ensino de Filosofia : teoria e prática. Ed. UNIJUI, 2004.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – Questionário para os professores



## Objetivos da pesquisa:

- 1) Verificar qual é o potencial filosófico (possibilidades) do ensino de filosofia oferecido nas escolas públicas Estaduais de nível médio na cidade de Cajazeiras/PB;
- 2) Identificar, analisar e elencar quais os desafios (limites) encontrados pelos professores e escolas para tornar o ensino e aprendizagem da filosofia uma autêntica experiência do filosofar.

## QUESTIONÁRIO

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: M ( ) F ( )

Formação: \_\_\_\_\_

Escola em que atua: \_\_\_\_\_

## O QUE PENSA O PROFESSOR QUE ENSINA FILOSOFIA?

- 1- Na sua opinião, qual o papel da Filosofia para a sua vida?
- 2- Qual o papel da Filosofia na formação dos alunos?
- 3- Quais são os temas filosóficos que você trabalha ao longo do ano em sala de aula?
- 4- Aponte pelo menos 3 filósofos ou temas de Filosofia que você considera de extrema importância para a vida escolar.
- 5- Qual (is) a(s) dificuldade(s) em se trabalhar a Filosofia na escola?
- 6- Das dificuldades apresentadas, destaque aquelas que você considera graves.
- 7- Que sugestões você daria para superar tais dificuldades?

**APÊNDICE B** – Questionário para os aluno(a)s

Universidade Federal  
de Campina Grande



Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: M ( ) F ( )

Nome da escola em que estuda: \_\_\_\_\_

**O QUE PENSA O ALUNO QUE ESTUDA FILOSOFIA?**

- 1- Na sua opinião, o que é Filosofia?
- 2- Cite a importância da Filosofia para a sua vida.
- 3- Cite 3 filósofos ou temas de Filosofia que você considera importante.
- 4- O que você não gosta ou acha difícil nas aulas de Filosofia?
- 5- Quais são suas principais dificuldades em aprender Filosofia?
- 6- Aponte algumas sugestões para a aula de Filosofia ou para que as dificuldades apresentadas sejam superadas.

**APÊNDICE C- Roteiro de Observação****Unidade Acadêmica de Educação  
Licenciatura em Pedagogia**

Projeto: O ENSINO DE FILOSOFIA COMO EXPERIÊNCIA DO FILOSOFAR NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE NÍVEL MÉDIO DA CIDADE DE CAJAZEIRAS/PB.

**ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO**

1. Domínio acerca do conteúdo ministrado em sala de aula;
2. Emprego de recursos e metodologias adequadas ao nível de ensino;
3. Utilização correta da linguagem escrita e oral;
4. Identificação e valorização dos conhecimentos prévios dos alunos;
5. Capacidade de interdisciplinaridade;
6. Utilização de textos/fragmentos de filósofos;
7. Postura ético-profissional (pontualidade).

**APÊNDICE D-** Termo de consentimento livre e esclarecido

Universidade Federal  
de Campina Grande

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Sua escola está sendo convidada a participar como voluntária do estudo *O ensino de filosofia como experiência do filosofar nas escolas de nível médio da cidade de cajazeiras/PB*, coordenado pelo professor Dr. Valter Ferreira Rodrigues e vinculado ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (CNPq) da Universidade federal de Campina grande, Centro de Formação de professores (campus de Cajazeiras).

A participação da escola é voluntária e a mesma poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Esse estudo tem por objetivos 1) verificar qual é o potencial filosófico (possibilidades) do ensino de filosofia oferecido nas escolas de nível médio na cidade de cajazeiras/PB, isto é, verificar se os estudantes de filosofia são levados a filosofar e se experimentam ou praticam a filosofia durante as ações pedagógicas desenvolvidas pelos professores e/ou pelas escolas que ministram essa disciplina; 2) identificar, analisar e elencar quais os desafios (limites) encontrados pelos professores e escolas para tornar o ensino e aprendizagem da filosofia uma autêntica experiência do filosofar; e se faz necessário por contribuir para com futuras pesquisas e ações no campo do ensino de filosofia, buscando promover uma fundamentação acerca desse ensino que possa gerar novos processos de ensino-aprendizagem filosófica e demonstrar que o despertar filosófico, no sentido de um exercício filosófico autêntico é possível na escola.

Caso decida aceitar o convite, sua escola será submetida aos seguintes procedimentos: observação das aulas, entrevistas e preenchimento de questionários. Todas as informações fornecidas serão registradas mantendo-se o total anonimato dos participantes da pesquisa, sob o risco mínimo de quebra desse anonimato através de algum dado contido na entrevista e/ou resposta ao questionário que eventualmente possa existir. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita nenhum tipo de identificação. Se você tiver algum gasto decorrente de sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite.

Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você será indenizado. Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito dessa pesquisa, poderá ser requisitada ao prof. Valter Ferreira Rodrigues, através dos seguintes canais: telefones: (83) 9-99467428- 3532-2089; e-mail: [valterfilosofia@superig.com.br](mailto:valterfilosofia@superig.com.br); endereço: Rua Sérgio Moreira de Figueiredo s/n- casas populares- CEP: 58900-000- Cajazeiras-PB (Unidade Acadêmica de Ciências Sociais).

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a participação da escola, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

Cajazeiras, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

---

Assinatura do(a) responsável legal pela escola

---

Prof. Dr. Valter Ferreira Rodrigues (SIAPE 1675494)

(responsável pelo estudo)